

ATA N.º 268

----- Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, no Centro das Artes e do Espectáculo de Sever do Vouga, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Mário José Costa da Silva, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

1 Período da Ordem do Dia-----

- 1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara-----
- 1.2 Prestação de Contas de 2020-----
- 1.3 Inventário e Cadastro em 31/12/2020-----
- 1.4 Mapa de Pessoal de 2021 – 2ª Alteração-----
- 1.5 Financiamento Reembolsável de € 250 000 para a Gestão de Combustíveis – Pedido de Autorização-----
- 1.6 Júri dos Concursos para Dirigentes de 3º Grau – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico-----
- 1.7 Júri dos Concursos para Dirigentes de 3º Grau – Gabinete de Contratação Pública-----
- 1.8 Júri dos Concursos para Dirigentes de 3º Grau – Gabinete de Topografia e Desenho-----
- 1.9 Júri dos Concursos para Dirigentes de 3º Grau – Gabinete de Ação Social e Saúde-----
- 1.10 Júri dos Concursos para Dirigentes de 3º Grau – Gabinete do CAE-----
- 1.11 Freguesia de Rocas do Vouga – Transferência de Competências-----
- 1.12 Segunda Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2021-----

----- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezoito horas e dez minutos.-----

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- António Augusto Macedo de Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- António Fernando da Silva Dias-----
- Beatriz Manuel Lourenço Soares-----
- Belmiro Manuel Marques-----
- Carlos Manuel Martins Tavares-----
- Cesário da Costa Martins-----
- Cipriano de Arede Nogueira-----
- Custódio Tavares Pereira de Lima-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Edite Bastos Rodrigues-----
- Elmano Jorge Ribeiro da Silva-----
- Iolanda Maria Ribeiro Silva Matos-----
- Jorge Manuel Henriques da Graça-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Mariana Fernanda Martins de Bastos-----
- Mário José Costa da Silva-----
- Patrícia Sofia Martins Santos-----
- Paula Cristina Dias Coutinho-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Pedro Miguel Martins Mendes-----
- Renata Liliana da Costa Marques-----
- Sérgio Soares da Silva-----

- Tony Pedro Ribeiro Martins-----
--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de António José Martins Coutinho, Presidente; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Maria Elisabete Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo e Ricardo Manuel Tavares da Silva, Vereadores.----
--- Foram registadas as seguintes faltas: Ana Cristina da Silva Tavares, Ana Maria Tavares Mendes, que foi substituída por Renata Liliana da Costa Marques e Ana Patrícia da Silva Ferreira, que foi substituída por Belmiro Manuel Marques.-----
O presidente da Junta de Freguesia de Rocas do Vouga foi representado por Cesário da Costa Martins.-----
--- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----Ordem de trabalhos-----

1 Ata – Antes da apreciação da ata da sessão anterior, Diana Paiva alertou para o facto de haver, nessa ata, no ponto 1.10 Transferência de Competências para o Município 2021 – Educação, uma incorreção nos nomes dos membros que se abstiveram, pois tinham sido nove abstenções e constavam dez nomes. O presidente da Assembleia Municipal disse que iria ser feita a devida correção à ata. Assim sendo, foi apreciada a ata n.º 267, da sessão ordinária de 30 de abril de 2021, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por unanimidade, pelos membros António Cruz, António Monteiro, António Dias, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

1.2 Correspondência:-----

O presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da seguinte correspondência recebida:-----

- Convite do Município de Sever do Vouga para participar, no dia 25 junho no 7º Fórum Empresarial do Distrito de Aveiro organizado pela autarquia em parceria com a Aida e que decorreu no CAE;-----
- Convite do Município de Sever do Vouga para participar no dia 26 de junho na sessão de abertura da Feira Nacional do Mirtilo.-----

Informou, ainda, os membros da Assembleia Municipal que, das questões que foram colocadas à mesa pelos membros e pelo público, foi dado conhecimento por escrito ao senhor presidente da Câmara e que, até ao momento, não tinha sido recebida qualquer resposta por escrito do senhor presidente da Câmara.-----

-----3 – Período Antes da Ordem do Dia-----

3.1 – Assuntos de Interesse Local-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta, público aqui presente. Nesta que é a primeira transmissão que vamos ter da Assembleia Municipal, queria dizer que é com orgulho que vemos que esta transmissão vai ocorrer e que foi possível conseguir o apoio unânime de todos os partidos à proposta do CDS para que passássemos a ter estas mesmas transmissões tornando estas reuniões mais transparentes. Sabemos que, muitas vezes, conforme se aproxima o tempo eleitoral, é difícil conseguir formar consensos e procurar encontrar soluções que sirvam a população porque conforme as eleições se aproximam se torna mais difícil encontrar esses mesmos pontos de convergência. O assunto que eu quero trazer ao período de antes da ordem do dia é um assunto particularmente grave para Sever do Vouga e que convoca

todos os partidos a essa convergência, a encontrarem soluções pela positiva. O sistema de saúde em Sever do Vouga não tem conseguido dar solução para os médicos de família, médicos que são fundamentais para que exista assistência às pessoas e isto levou a que, neste momento, as extensões de saúde Silva Escura, Rocas do Vouga e Pessegueiro do Vouga, estejam sem médico de família. Nós sabemos que, pelo menos até ao dia 01 de abril de 2021, havia, pelo menos, três mil, duzentos e vinte e sete pessoas que não têm médico de família no concelho de Sever do Vouga. Ora, o risco que existe, nesta altura, é claramente que estas extensões de saúde que não têm médico passem a estar permanentemente fechadas e isso leva a que necessariamente as pessoas se tenham de deslocar ao Centro de Saúde de Sever do Vouga onde apenas há oito vagas diárias. Essas pessoas têm de se deslocar de madrugada, aguardar no exterior e, desse modo, sofrem, para além da sua doença, sofrem também com as condições em que são atendidas. Por isso mesmo, o CDS levou à reunião de Câmara uma proposta de moção para que fosse possível debater na reunião de Câmara e aí tentar encontrar as soluções de princípio para que depois fossem executadas para resolver este problema e trazemos, também, aqui à Assembleia Municipal uma moção para que se trabalhe em conjunto e se procure resolver esta dificuldade das pessoas. Nos termos da Lei 75/2013, alínea g), n.º 2, do artigo 32º faz parte das atribuições do município a saúde e são vários os concelhos que, em função dessas atribuições, têm trabalhado no sentido de onde o Serviço Nacional de Saúde, a Administração Central ou Regional não chega, procurarem encontrar soluções que, com o apoio do município, permitam resolver as dificuldades das pessoas. Para o CDS, as pessoas estão primeiro e, se foi possível em Arouca, se foi possível no Cartaxo, em Mafra, Salvaterra de Magos e Sintra, e são apenas alguns concelhos, de várias cores políticas, que nós damos como exemplo, se foi possível esses concelhos avançarem para ajudarem os seus municípios nesta dificuldade, nós consideramos que, em Sever do Vouga, é claramente possível fazer o mesmo. Por isso é que propomos uma estratégia em dois passos. Nós sabemos que há uma urgência que é a de que temos pessoas que, por falta de recursos económicos, neste momento, não conseguem ter qualquer apoio médico, qualquer cuidado médico. E, em relação a essa urgência, aquilo que nós propomos é que se recomende à Câmara que, de imediato, seja por prestação de serviços com médicos, com clínicas ou com IPSS, protocolos com IPSS, seja possível dar aqueles cuidados que qualquer médico no privado pode dar a quem tem recursos económicos e que quem não tem recursos económicos e não consegue vaga no Centro de Saúde não consegue aceder e, ao mesmo tempo, que, desde já, o município avance no sentido de fazer aquilo que já está a ser feito aqui, por exemplo, próximo, em Arouca, que é um conjunto de incentivos a que os médicos que concorrem às vagas sintam que é atrativo instalarem-se em Sever do Vouga. Isso pode ser feito através de complemento salarial, apoios de transporte, habitação ou outros, que se consideram úteis para atrair e fixar esses médicos nos concursos que vierem a ser realizados pelo Serviço Nacional de Saúde e que abranjam Sever do Vouga. É evidente que nós sabemos que, conforme o tempo vai passando, há pessoas que estão a passar necessidades e que o calendário destes concursos e o tempo que demora obriga a uma ação urgente e, por isso, é que propomos estes dois pontos. Sabemos que já foi e, aliás, sabemos que uma das questões que colocam é se é possível fazê-lo e aquilo que eu vos digo é que, não só é possível, como é necessário fazê-lo e daria um exemplo que é exatamente o exemplo de uma Câmara presidida pelo Partido Socialista, que é a Câmara Municipal de Sintra. Foi exatamente o que fez. Contratou médicos, protocolou com clínicas de forma a poder dar estas consultas que são consultas que, evidentemente, os médicos apenas poderão passar as receitas como se fossem médicos do privado, mas quem não tem meios para ir a um médico privado não fica para trás, não é abandonado. E, numa altura em que a escassez de médicos levou ao encerramento das extensões de saúde de Rocas e de Silva Escura, e que há riscos também noutras extensões de saúde, é óbvio que, ou o município de Sever do Vouga toma conta deste problema e o assume como uma prioridade, ou então vamos continuar a ficar esquecidos. E isso, para nós, não é aceitável.

Sabemos que há muitas necessidades em qualquer atividade política. Há diferentes prioridades, mas há uma que deve ser a primeira de todas elas. Com a saúde e a vida das pessoas não se pode brincar. Não nos podemos esquecer disso e, por isso, fica o nosso apelo a que seja possível que todos nos entendamos e que se consiga consertar uma estratégia que seja de todos para resolver aquilo que é um problema de todos os cidadãos.--

Patrícia Santos – Muito boa tarde a todos, senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros, senhor presidente da Câmara Municipal e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta, comunicação social, público presente. Permitam-me que volte a abordar um tema do qual os senhores deputados devem estar cansados de ouvir falar e nós, bancada do PSD, cansados de esperar, pois desde 26 de abril de 2019 que o Plano Municipal de Saúde, aprovado por nós em Assembleia, não sai do papel. Senhor presidente, queremos respostas objetivas: quando foi o vosso último contacto com a empresa que está, segundo vós, a tratar da elaboração do plano, mas que não sabemos qual é? Qual o progresso dos trabalhos? Que propostas são? A equipa está composta? Quem são? Quando é a primeira reunião do Plano Municipal de Saúde? Senhor presidente da mesa, não é seu dever e obrigação assegurar que as moções aqui aprovadas, nomeadamente o Plano Municipal de Saúde, que tanto iria ajudar a uma melhor organização e antecipação de problemas na saúde dos severenses, inclusive o covid, seja colocado em prática. A saúde e o bem-estar dos severenses, senhor presidente, sobretudo daqueles que ficaram sem médico de família, deveria ser a vossa prioridade e não os saldos do alcatrão. Se não, vejamos - duas extensões de saúde sem médico de família em menos de um ano, um prestes a encerrar, outras funcionam a tempo parcial e o risco de ficarmos sem qualquer tipo de extensão de saúde ou UCSP no nosso concelho é enorme, aliás parece que é do vosso interesse que isso aconteça, dado o claro desinteresse demonstrado ao longo dos consecutivos mandatos que tem exercido, quanto a políticas de saúde. Quando a 9 de junho este assunto foi levado a reunião de câmara, o senhor presidente respondeu, alegando que o passo a citar é a ata n.º 12 *“o município não pode contratar médicos diretamente, tendo essa ilegalidade sido confirmada pela Dr.ª Castanheira Neves da CCDR”*. Pois esse parecer foi-lhe solicitado pelo vereador Pedro Lobo. Qual o nosso espanto, quando somos informados, que a 23 do presente mês em reunião de Câmara, aquando da inquirição pelo nosso vereador, sobre a apresentação do referido parecer, o senhor presidente ter tido o descaramento de dizer que se havia confundido e que não havia parecer algum. Como é possível o senhor se confundir assim com a saúde dos severenses? Isto já roça o patamar do ridículo. Se a sua saúde está devidamente assegurada, a saúde dos seus conterrâneos, não. Muito têm feito os profissionais de saúde da nossa Unidade de Cuidados de Saúde Primários, a eles se deve o devido louvor, pelo esforço e dedicação. Senhor presidente, quando foi a vossa última reunião com a Ministra da Saúde Marta Temido? Em que data? Quais foram os médicos que inquiriram e em que datas? Quantas vagas foram abertas pelo Aces, para o concelho de Sever do Vouga e em que datas? Porque não foi autorizado a abertura de um concurso extraordinário para o nosso concelho, visto saberem antecipadamente do fecho das extensões de saúde? O senhor presidente diz estar a ser estudado o enquadramento legal sobre a celebração de um protocolo, com outras instituições, para a contratação temporária de dois médicos, de forma a colmatar a falta existente, mas com quais instituições? Com que médicos? Para fazerem o quê concretamente? Por quanto tempo será este remendo? Onde está o protocolo? Já agora, foi celebrado algum protocolo com o ABEM? Quando? Mais e o apoio ao transporte para deslocação de idosos aos hospitais e à nossa UCSP prometida há quatro anos, mas cujo regulamento só veio a aprovação na Assembleia passada, já está em vigor? Quanto tempo demora a implementar, visto que a maioria dos utentes das extensões de saúde encerradas são idosos e dependentes da boa vontade alheia? Ou o senhor presidente disponibiliza alguma das confortáveis viaturas da câmara municipal para o transporte dos utentes? É para dar respostas práticas e objetivas a estas questões e outras, que serve um Plano Municipal de Saúde. Senhor presidente, tem toda razão, a

tutela da saúde ainda não é da vossa competência e vós não tendes culpa que os médicos usufruam da sua reforma, é um direito que lhes assiste. Mas vós tendes de promover condições para que os postos não fechem e sobretudo prevenir estas situações. Aliás, sendo vós, uma câmara PS, com um governo PS, com uma direção da ACeS proposta pelo governo PS, sendo o senhor presidente amigo da atual Ministra da Saúde, Marta Temido, como apregoa nas assembleias, não deveria ter mais poder de persuasão sobre o poder central? A saúde não pode ser um remendo e uma promessa de panfleto oca. Ou falta vontade em pressionar as instâncias superiores ou então elas têm-vos muito pouco em conta.-----

Sérgio Silva – Obrigado. Minhas senhoras e meus senhores, senhores deputados municipais, senhor presidente e senhores vereadores da Câmara, caríssima mesa. Em 2008 e no secretismo dos gabinetes ministeriais do Terreiro do Paço, o governo socialista e da cor partidária desta Câmara, liderado por José Sócrates o arguido da operação marquês que está, entre muitos, acusado de crimes de corrupção passiva de titular de cargo político, esse governo vendeu o rio Lordelo à empresa Enerleon, para construção de uma mini-hídrica e aproveitamento do caudal para produção de energia. Quando a população se apercebeu da manobra cobarde, da venda do seu rio, sem o seu conhecimento e sem a oportunidade de entrar na corrida do negócio, a população reuniu em 21 de janeiro de 2012 na casa da cultura, onde até estive o senhor presidente da Assembleia Municipal, e aí o sentimento da população foi muito forte relativamente à clara rejeição a uma mini-hídrica no rio Lordelo. Nesse dia, com mais de 100 pessoas presentes, 99% manifestou-se contra o avanço da mini-hídrica e apenas uma pessoa, o então presidente de junta de freguesia, apoiado pelo Partido Social Democrata, absteve-se. Em poucos dias mais de 700 cidadãos locais assinaram uma petição para o cancelamento do projeto. Um grupo mais pequeno de cidadãos deslocou-se à Administração Regional Hidrográfica do Centro a Coimbra, onde expos os muitos impactos negativos para a população local, onde chamou á atenção das muitas falhas da Avaliação de Incidências Ambientais e onde deixou bem claro que não queria mais nenhum empreendimento hidroelétrico na freguesia de Couto de Esteves. Apesar dos muitos pareceres negativos emitidos pelas mais variadas entidades, a Secretaria de Estado do Ambiente viria a emitir uma Decisão de Incidências Ambientais favorável condicionada. Já em 2014 a empresa promotora, tendo-se apercebido da falta de viabilidade do projeto, recolheu, assinaturas de proprietários a manifestarem o interesse em não venderem os terrenos para a construção da mini-hídrica, de forma que o promotor desistisse do projeto e criasse noutra zona do país um parque fotovoltaico. Contudo, o governo não aceitou esta transformação, do projeto hídrico num projeto fotovoltaico, pois a mesma colocaria em causa a transparência do concurso público. Assim e de momento a empresa promotora encontra-se no terreno a desenvolver estudos e projetos para em breve iniciar com a obra. Senhor presidente de Câmara, não sendo este um Projeto de Interesse Nacional e não podendo assim a empresa promotora expropriar terrenos ao preço da chuva, tal como expropriou a Greenvoga os terrenos das barragens do Vouga, e tendo em conta que esta Câmara, recentemente, comprou hectares de terreno para valorização das margens do Rio Vouga a jusante, proponho que o mesmo critério seja acionado e que esta câmara colabore com a freguesia de Couto de Esteves para assim se salvar e valorizar o Rio Lordelo. A pergunta que lhe faço é: está esta Câmara disponível a comprar os terrenos das margens do rio Lordelo, a valorizá-las nas vertentes económica, recreativa e turística e assim hipotecar a construção da mini-hídrica e devolver o rio ao povo? Ou está esta Câmara disponível a ficar mais uma vez do lado do promotor e negociar com ele contrapartidas, tal como fez com a Greenvoga, e as quais não vão ao encontro dos anseios da população nem ao encontro da avaliação de impacte ambiental?-----

Tony Martins – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, excelentíssimos senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara e restantes membros do executivo, senhores presidentes de Junta de Freguesia, comunicação social, minhas senhoras e meus senhores. Aproximamo-nos a passos largos

do final desta legislatura, e, queria aqui hoje relembrar parte da minha 1ª intervenção, em 24 de novembro de 2017, nessa altura, o PSD, alertou para aquilo que considerávamos o principal problema do nosso concelho, e ao qual dizíamos: *“Sendo este um concelho que sofre dos problemas típicos de interioridade, devemos focar todo o nosso empenho e dedicação em criar condições para que o mesmo se apresente atrativo para o desenvolvimento da nossa indústria, turismo, comércio e agricultura, promovendo desta forma a criação de novos empregos, que serão garantia de estabilidade e progresso e permitirão a captação e fixação de pessoas, bem como combater a regressão demográfica e conseqüente envelhecimento da população que atinge o nosso concelho. Esta situação coloca-nos assim mais um problema, que é o aumento de necessidades de cuidados e apoio a idosos bem como de saúde. Nesse sentido é muito importante o trabalho das IPSS do concelho, que deverão ser apoiadas e acompanhadas nas suas necessidades pelo importante serviço que prestam a toda a comunidade. De igual modo, é muito importante o trabalho das nossas unidades de saúde, afirmando-se estas como um pilar essencial ao nosso desenvolvimento. Devemos pois, estar atentos às suas necessidades e carências bem como defender a sua manutenção onde elas são realmente necessárias, ou seja, junto dos cidadãos!”*. É penoso verificar que praticamente quatro anos passados, pouco ou nada foi feito para contrariar esta tendência, apesar de todos os alertas, das várias propostas e das várias moções aprovadas, entre elas, o Plano Municipal de Saúde que a minha colega Patrícia irá desenvolver daqui a pouco. Os problemas são mais que evidentes, mas não vislumbramos qualquer ação política ou estratégia do executivo, no sentido de os combater ou simplesmente reduzir o seu impacto. Senhor presidente, Sever do Vouga precisa urgentemente de políticas positivas que fomentem a criação de emprego e a valorização do bem-estar dos cidadãos. O segredo está à vista de todos. Sem emprego não há desenvolvimento. Toda a estratégia deverá ser concertada e orientada de forma que sejam assegurados os direitos básicos (emprego, habitação, saúde) e desta forma, acredite, senhor presidente, pouco a pouco a mudança de tendência acontecerá. Entretanto, lamentamos que ao longo desta legislatura não tenham tido em consideração os nossos sucessivos apelos e entristece-nos verificar que o concelho está pior. Parou no tempo, perdemos serviços a cada dia que passa, que as freguesias estão cada vez mais desertas devido a políticas de centralização de serviços com o encerramento das escolas e centros de saúde. Senhor presidente, não é por falta de colaboração da bancada do PSD, pois, ao longo desta legislatura sempre colaboramos e apontamos caminhos alternativos. Para nós, o que realmente interessa é o desenvolvimento de Sever do Vouga e o bem-estar dos severenses.-

Diana Paiva – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal e restante executivo, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Estamos a chegar ao termo do mandato para o qual fomos todos eleitos em 2017. Com essa eleição ficamos todos nós, conforme o termo de aceitação que aqui lemos, com responsabilidades no cumprimento desse mandato. Responsabilidades, para nós membros, relativas às deliberações que aprovamos aqui, pois que, como bem sabem, poderá haver lugar à responsabilização pela votação tida e, melhor exemplo disso é o processo-crime que envolve autarcas de Oliveira do Bairro, desde o executivo camarário aos membros da Assembleia Municipal. Mas, para o senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal, mais responsabilidades haverá, pois que, como sabe, compete-lhe fazer chegar à Câmara Municipal os pedidos de informação e esclarecimentos e fazê-los chegar à Assembleia Municipal em tempo útil para ser apreciado na sessão seguinte e, caso tal não suceda, informar o requerente e o plenário da recusa por ação ou omissão. Aqui chegados, senhor presidente da mesa, desculpe que lhe diga, mas prestou um pobre serviço à democracia. Foram vários os pedidos de esclarecimento e de informação apresentados pelas bancadas da oposição, muitos deles por escrito, aos quais nunca os membros da assembleia municipal receberam resposta. Hoje tivemos mais um exemplo e nada vamos apreciar. Já nem falo dos documentos que nos chegam em cima da hora para apreciação,

mas falo mesmo da falta de resposta e, não, não pode dizer que os pedidos realizados, por um membro eleito por um partido, se destinam a esse mesmo membro, porque o pedido é apresentado em sessão de assembleia, logo tem que haver resposta aos membros da assembleia. Também não quero que me diga que ligamos demasiado à forma, ou aos formalismos, porque são esses mesmo formalismos que nos protegem ou atacam na nossa acuação nesta casa, as responsabilidades são imensas, mesmo a nível criminal. Por falar em responsabilidade criminal, senhor presidente da Câmara, fomos todos assaltados pela notícia publicada no Jornal Beira Vouga a dar conta da presença de senhores inspetores da Polícia Judiciária nas instalações do município. Uma vez que nada nos foi transmitido até ao momento, gostaríamos de saber se o senhor presidente nos quer esclarecer alguma coisa sobre essa matéria. Sempre que se fala na presença de elementos da Polícia Judiciária, com mandatos judiciais, em instalações de municípios nunca traz nada de bom, até por aquilo que vemos nas notícias a nível nacional. Por último, gostaria de salientar a boa decisão de realizar a feira do Mirtilo, claro está adaptada às circunstâncias que hoje vivemos, com a alegria de se ter feito com a prata da casa, ou seja, de se ter dado maior evidência aos produtores severenses. Em nota final, senhor presidente, gostaria que nos esclarecesse o dia e a hora da sessão da Assembleia Municipal, hoje, dia de semana, às 18 horas.-----

Presidente da Assembleia Municipal – A opção de fazer às 18 horas, uma vez que estávamos a realizar esta sessão a meio da semana, entendemos que, não sendo à sexta-feira, e de acordo com procedimentos anteriores, que seria melhor começarmos, de facto, às 18 horas, um bocado mais tarde, para possibilitar a todos estarem presentes. Foi essa ideia que, eu sei que é um bocado complicado, de facto, mas se tudo correr normalmente, penso que nós não chegaremos às 11 horas da noite. A ver vamos.-----

Renata Marques – Boa tarde a todos. Senhor presidente da Assembleia Municipal, senhor presidente da Câmara Municipal e restante executivo, caros elementos da Assembleia Municipal, caros presidentes de Junta, comunicação social e cumprimento todos os que seguem a transmissão online da Assembleia Municipal. Passamos hoje por mais uma das transições sociais que vem mudando a sociedade ao longo dos tempos. As transformações sociais estão ligadas às transformações tecnológicas das quais a sociedade se apropria para se desenvolver e se manter. Nota-se, cada vez mais, em diferentes ambientes, como casa, trabalho e escola, a modernização das novas tecnologias de comunicação e dos seus avanços influenciando o comportamento do ser humano e interferindo em sua relação com os demais. Novas práticas e conceções surgiram e tudo se transformou num curto espaço de tempo. É um novo modo de ver o mundo. Pode-se dizer que a informação é, para a sociedade contemporânea, a base do conhecimento, da vida económica, política, social e das relações. Portanto, a troca de informações é essencial à população, sendo natural que as tecnologias sigam a tendência de melhorar essa comunicação, fazendo, inclusive com que ela seja mais dinâmica e muito mais rápida. Apesar de todas as assembleias serem públicas, e por isso permitirem a presença de todos os severenses offline, aqui connosco, estamos “online” em direto na página do Facebook do município. Online, a pouco tempo das eleições, espero que esta assembleia seja mais focada no nosso propósito e ordem de trabalhos, e pouco teatral, e menos um palco cheio de holofotes com propósitos divergentes dos que hoje nos trazem cá. O mundo está diferente, o clima está diferente e já temos sentido bem os efeitos das alterações do climáticas. Os últimos anos não foram fáceis para a nossa população, sofremos tempestades, quedas de granizo que danificaram os nossos frutos, cheias, ondas de calor e incêndios. E uma vez que acabamos de entrar na estação quente, entramos também no período crítico dos incêndios. Os incêndios têm vindo a ser mais perigosos e duradouros, colocando em risco os bens e a vida das pessoas. Este é um assunto de extrema importância face à localização, relevo acidentado e a grande quantidade de combustível existente no nosso concelho. De acordo com o caderno II de Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Sever do Vouga, *“As classes de risco alta e muito alta representam cerca de 22% da área do concelho, distribuindo-se por todas as freguesias,*

embora apresentem maior incidência, nas freguesias de Talhadas e União das freguesias de Cedrim e Paradela. As áreas identificadas como tendo RIF alto a muito alto serão prioritárias em caso de defesa e combate de incêndios florestais, quer porque têm uma perigosidade significativa (pode provocar frente de chamas consideráveis), quer porque o seu dano é elevado.” E de acordo com o caderno I do mesmo plano. *“Os dados revelam, portanto, que no concelho de Sever do Vouga a temperatura é geralmente elevada no período crítico de incêndios florestais (julho a setembro), o que contribuirá para uma maior facilidade de ignição e rapidez de progressão da frente de chamas. É importante ter-se em atenção a ocorrência de valores extremos de temperatura, uma vez que estes influenciam grandemente o teor de humidade presente nos combustíveis vegetais, assim como a sua temperatura e, conseqüentemente, a energia necessária para que possa ocorrer a ignição, elevando o risco de incêndio.”* Pedia, portanto, ao executivo que tivesse como prioritário a segurança das nossas gentes. A necessidade de fiscalização eficaz de limpeza de matas, cortes de árvores e, sobretudo, da remoção dos resíduos dos cortes e garantia da manutenção de estradas e caminhos pelos operadores responsáveis pelos trabalhos. Que tivessem atenção à limpeza dos terrenos junto às vias (pelo menos dos acessos principais). Gostaria que nos informassem das atividades que foram ou estão a ser feitas no sentido de nos proteger dos incêndios. Uma vez que penso que esta poderá ser a última reunião deste mandato, agradeço a todos, principalmente ao executivo e presidentes de junta o empenho e dedicação na proteção das pessoas e desenvolvimento do nosso concelho. Agradeço a todos os deputados municipais por todas as questões pertinentes que aqui foram levantadas e discutidas e que foram tidas em conta para o melhoramento das condições de vida dos munícipes. As discussões foram geradoras de novas e boas ideias. Despeço-me com o provérbio *“Uma casa que não é ralhada, não é uma casa governada”*.....

Jorge Graça – Excelentíssimo senhor presidente da mesa e restantes membros da mesma, excelentíssimo senhor presidente da Câmara e restante vereação, senhores deputados, senhores presidentes de Junta, público aqui presente, público que me segue através das redes sociais, minhas senhoras e meus senhores. Venho aqui fazer esta intervenção no sentido das duas moções, relativamente ao assunto da saúde, que foram apresentadas pelo CDS e pelo PSD e é, ao fim ao cabo, uma declaração de voto antecipado, uma proposta de alteração, ou então uma apresentação de um ponto como moção do PS. A bancada do PS está preocupada e solidária com a Câmara e os Severenses relativamente à falta de médicos no município. Contudo, irá votar contra a o ponto 1- a) da proposta apresentada pelo CDS/PP em virtude de as medidas nela consignada consubstanciarem uma atuação ilegal, que extravasa as competências da Câmara Municipal e que, a serem implementadas, fariam incorrer os seus autores em responsabilidade sancionatória e reintegratória (financeiramente), tanto os que votarem favoravelmente, como também os que se abstiverem, nela consentido, nos termos da lei. As medidas avançadas pelo CDS/PP, tal como vêm propostas no ponto 1-a), traduzir-se-iam num financiamento ao Estado, por parte da autarquia, o que constituiria uma inadmissível inversão das competências materiais e orgânicas dos órgãos da administração central e local. Não quer isto dizer que a bancada do PS é contra a contratação de médicos para suprir as vagas deixadas pelos que se aposentaram. Bem pelo contrário, reitero. Desde que se previu a iminência de que alguns clínicos iriam atingir a idade da reforma, e optar por esta, que o Presidente da Câmara se tem desdobrado em diligências junto da tutela para que não se chegasse à situação que hoje se verifica, primeiro, e, posteriormente, para que a mesma fosse resolvida de imediato. E, nesse sentido, têm sido efetuadas diligências, contactos e reuniões presenciais com o Diretor do Centro de Saúde, Diretor do ACeS do Baixo Vouga, Presidente da ARS e Ministra da Saúde, entidades a quem foi exigida a colocação dos clínicos em falta, bem como a reorganização da rede de cuidados de saúde primários. Além disso, foram contactados médicos para assegurarem, ainda que provisoriamente, o atendimento dos utentes, cuja contratação, todavia, terá de ser feita pela ARS. Sabemos

que o executivo tem empenhado esforços com esta entidade e analisado a hipótese de as IPSS contratarem clínicos que possam, de forma articulada, prestar aos cidadãos os serviços médicos de que necessitam. Tudo no estrito cumprimento da lei e na defesa intransigente dos direitos dos severenses à proteção na doença e ao acesso aos cuidados de saúde. O nosso voto contra não é, pois, quanto à substância das medidas propostas, as quais, desde há muito, se encontram a ser desenvolvidas, mas, tão somente, no que respeita à forma como o CDS/PP as quer ver implementadas, ao arrepio das mais elementares normas de gestão dos dinheiros públicos e das regras de competência em razão da matéria. Além de que o CDS-PP não consegue garantir que os médicos contratados de acordo com o que propõem no ponto 1-a) teriam acesso às credenciais e à base de dados do SNS, que lhes permitisse prestar um serviço de qualidade. Em relação ao ponto 1-b) da moção do CDS-PP, tal como está, votaremos também contra a não ser que o CDS-PP altere o texto para: *“Propõe-se ao Município que analise a hipótese de as IPSSs ou as empresas de prestação de serviços, contratarem clínicos que possam de forma articulada, prestar aos cidadãos os serviços médicos de que necessitam. Tudo no estrito cumprimento da lei e na defesa intransigente dos direitos dos severenses à proteção na doença e ao acesso aos cuidados de saúde.”* Quanto à moção do CDS-PP, ponto 2 e à moção do PSD, votaremos favoravelmente.-----

Presidente da Câmara Municipal – Também dizer que, pela primeira vez temos aqui a Assembleia Municipal a funcionar em moldes diferentes, esperemos que isto permita a tal transparência de que todos ambicionamos e todos queremos e que também permita que o modo como, às vezes, abordamos os assuntos na assembleia se torne mais, não direi pacífico, mas pelo menos mais ameno. Ia tentar responder aquilo tudo que por aqui passou, e começava exatamente por este assunto das várias moções aqui apresentadas e dizer-vos que a preocupação que os senhores têm, eu também a tenho. Não quero ter mais do que a vossa, mas tenho-a com certeza, muito. É um assunto que me faz, quase diariamente, andar à volta dele para tentar resolvê-lo de qualquer forma. Nunca avançando além daquilo que nos é permitido legalmente e esse tem sido o obstáculo a que o assunto ainda não esteja resolvido. Em primeira mão, não havia médicos, sendo isto um problema de médicos, foi preciso encontrá-los, encontrar médicos que estivessem disponíveis para que, nesta primeira fase, assegurassem o serviço ainda que de forma temporária e com o horário mais reduzido. É óbvio que isso não completa nem ajusta o sistema da forma que ele funcionava antes, mas ajudará, com certeza, nalguma coisa e pelo menos no atendimento às pessoas que mais necessitam do Serviço Nacional de Saúde e é isso que temos andado a fazer com a ARS no sentido de serem eles a arranjar o enquadramento para o pagamento, uma vez que nós continuamos a entender que não existe enquadramento legal para nós fazermos a aquisição direta do serviço, portanto, há outras formas, e aqui hoje já foram falados em vários municípios. Eu não encontrei, ainda, nenhum, concretamente, que me dissesse que contrata diretamente os médicos. Ainda hoje falei com duas câmaras e uma delas tem uma artimanha, ao fim ao cabo, que é aquilo que nós também andamos a tentar, não direi inventar, mas encontrar aqui uma forma de o fazer que é através de prestação de serviços a uma empresa, mas para isso tem sustentação no orçamento, incluíram no orçamento municipal uma rubrica para aquisição de serviços vários, aliás, o meu colega disse-me, na altura, se eu precisar de 2 pedreiros ou 2 carpinteiros vou através da empresa e portanto vou tirar àquele bolo que está como uma medida do orçamento. Essa é uma forma, para nós podermos ir por aí, tínhamos de ter essa tal salvaguarda do orçamento, que não temos. Segundo, o apoio e aquilo que nós entendemos também poderá valorizar a carreira porque há aqui uma dificuldade que os médicos colocam que é a valorização da sua própria carreira funcionando no regime em que nós funcionamos em Sever do Vouga que é as unidades de saúde que não permitem uma progressão na carreira e não é aliciante para eles quando entram nos concursos. Estamos a pensar, também, por aí, e através de um regulamento que permita a valorização dessa carreira através de apoios, como o transporte, a alimentação, à fixação, às rendas,

etc., mas ele tem de ser sustentado nesse regulamento que iremos preparar, como é óbvio. Até lá, estamos a resolver com a saúde o quê? Dois médicos estão para entrar, neste próximo concurso, que terminará penso que em finais de agosto e, portanto, para os médicos que agora completam os seus estágios e os seus cursos, portanto, aquilo que existe é a garantia de que estão lá dois lugares. Eu espero que eles venham a ser preenchidos. É óbvio que se me disserem 2 só não chegam, eu também acho que não chegam. Também me foi dito que virá, para já, nos próximos dias, mais um médico por mobilidade, no concurso por mobilidade que terminou agora e, hoje, de manhã, o senhor diretor do ACeS me disse que havia a possibilidade de alguém querer também ser transferido para cá, parece-me que é alguém em Penalva do Castelo que estaria interessado em transferir-se para cá. É óbvio que, todas essas transferências, enquanto funcionarmos desta forma, são transitórias. Mas, tudo bem, venham eles. E é o que estamos a tentar. Para que possam ter acesso à plataforma do SNS senão também não podem emitir receitas, não acompanham o processo do doente, etc. e isso foi-nos dito que, logo que se consiga estabelecer o contrato com esses médicos, e como disse o início foi a ver se havia disponibilidade dos médicos, que foi um martírio, até aqui, nós conseguirmos que alguém se disponibilizasse para fazer algumas horas nas duas últimas unidades de saúde que ficaram sem médico. E conseguimos. Um disponibiliza uma manhã por semana, o outro disponibiliza duas manhãs por semana. O que não satisfaz. Iremos, com certeza, avançar por aí. Agora, em princípio, deram-me garantia de que, segunda ou terça, viria a autorização e a proposta de contrato para esses médicos. Irão eles aceitar? Não sei. Quando eu abordei os médicos a primeira vez, disseram-me logo que, pelos preços que a ARS dá “nós não queremos”. E aquilo que vai ser proposto é um contrato mais curto, com menos horas, mas dentro dos termos dos contratos que o SNS tem. Estamos nessa fase e eu espero que, dentro de dias, teremos o contrato com esses médicos substitutos para, nesta primeira fase, ajudarem a resolver alguma parte deste problema. Devo-vos dizer que eu estava tão atento a este problema, que comecei, há cerca de 2 anos, ainda não se falava, sequer, aliás, quem me falou foi um dos médicos que foi para a aposentação depois, e eu já nessa altura alertei as entidades, ao ACeS, à senhora Ministra que hoje foi lá, foi-lhe dito “senhora ministra, vão sair outros médicos no início do próximo ano, vai sair mais um médico por aposentação e o outro sairá até ao final do ano”, o que aconteceu em dezembro para um e em abril para outro. De maneira que, eu alertei para essa situação, aquilo que me foram dizendo sempre é que “nós não podemos abrir vagas sem elas existirem, só quando existirem vagas é que vamos pô-las a concurso”. Pedi-lhes que preparassem isso para que haja uma transição rápida para colmarmos essas falhas. Isso não aconteceu. Estamos envolvidos a sério nesta preocupação da população, que é também a nossa, e, como disse, vamos tentar que, numa primeira fase, se resolva parcialmente o problema, com a contratação desses médicos sustentada juridicamente e aguardar que o próximo concurso, que garantem terminará em finais de agosto, traga mais 2 para com a mobilidade do outro que entrar brevemente, nós com 3 médicos não ficaremos bem, mas penso que se resolverão a maior parte destes problemas. É esta a situação relativa à saúde e à nossa preocupação daí tudo isto que hoje aqui é recomendado, e gostei de ouvir o senhor Dr. António Monteiro, falou claro em recomendação, é óbvio que nós aceitamos todas as recomendações e as iremos explorar e tentar resolver como recomendação exatamente porque a vossa preocupação é a nossa e volto a repetir que é uma grande preocupação para mim desde há muitos meses. Aliás, tenho tido grandes discussões com as entidades competentes da saúde, nessa área, algumas delas bastante acesas e complicadas, portanto, não há aqui qualquer, e eles sabem isso, partidarite, nem pelo facto de sermos uma Câmara PS, respondo também aqui em parte ao senhor presidente da Junta de Couto de Esteves, não é por isso aí. O nosso partido é Sever do Vouga e já estou há quase 20 anos e preocupo-me muito com Sever do Vouga, não é com partidarites. Aliás, nunca fui eleito com cartão nenhum, nem tenho, não sou partidário de nenhum partido, embora esteja eleito numa lista PS, portanto, não é por aí. Se perguntarem, sabem como é que eu reajo quando

faço este tipo de debate e discussão nas instâncias. É óbvio que isso não é também por aí, por sermos daqui ou dacolá que as coisas são mais bem tratadas ou menos bem tratadas. Nós temos de lutar pelos nossos direitos e é isso que estamos a fazer, pelos direitos da nossa população e aquilo que ela nos exige e temo-lo feito. Se conseguirmos mais fácil, menos fácil, não é sempre como nós queremos. É isto que tem acontecido em prol da saúde, portanto, fiquem bem cientes que esta é, neste momento, a minha maior preocupação em Sever do Vouga. Relativamente à Patrícia, lamento dizer-lhe que ainda não foi realizada a primeira reunião, embora os trabalhos do plano de saúde, a primeira reunião alargada, com as pessoas do CMJ, como eu tinha dito, mas os trabalhos estão a avançar na preparação com a equipa que contratámos para isso. Isto foi uma prestação de serviços que fizemos com uma empresa e a empresa está a trabalhar no assunto, não está parada. Saúde, estamos a usar todos os argumentos para tentar resolver esta situação o mais rápido possível. Relativamente à intervenção do senhor presidente da Junta de Couto de Esteves, fiquei um bocado surpreendido porque eu não tinha conhecimento dessa pesquisa no terreno atual. Ninguém se dirigiu à Câmara, nem para dizer que andavam a fazer novas pesquisas no terreno. Relativamente à nossa disponibilidade para a aquisição dos terrenos, é óbvio que estaremos disponíveis para o fazer, como temos feito noutros lados. Andamos sistematicamente a adquirir terrenos junto aos locais de lazer, portanto, lá também será um dos locais em que estaremos disponíveis para isso. É óbvio que não podemos fazer sempre quando queremos e no imediato, porque os orçamentos têm limites. Nós hoje temos aí uma modificação orçamental que vai afetar mais verbas para a aquisição de terrenos, mas que já estão mais ou menos tabelados para onde vão ser. Agora, estaremos disponíveis para negociar, como é óbvio, dentro daquilo que seja um projeto válido de intervenção na margem do rio Lordelo, como temos feito, fizemo-lo para o Vouga, fizemos para a Cabreia, fizemos para o Areeiro, para vários sítios. Esteja à vontade connosco, desde que as pessoas queiram negociá-los, para tratarmos desse assunto. O resto, possivelmente, a câmara terá uma palavra a dizer na situação do avanço, ou não, da tal mini-hídrica, eu não sei se eles têm a situação licenciada, se a licença de há anos é válida ou não, isso tudo passa, normalmente, por novos estudos de impacto ambiental, mas na Câmara não existe nada, não tenho nada desses senhores que tenham falado comigo sobre isso. Relativamente aos principais problemas, pois o problema da natalidade e da demografia em Sever do Vouga, infelizmente, é um problema nacional. Sabe que, eu ouvi, há dias, de um especialista, isto em resposta ao deputado Tony, que a previsão para 2030 para Portugal todo é de que a população baixe de quase 11 milhões que tem agora para 8 milhões, portanto, não é Sever do Vouga, é tudo. Os números que eu tenho do último Censo, números parciais, ainda, apontam para que, na nossa CIM de Aveiro, com 11 municípios, a grande maioria deles são do litoral, muito mais industrializados do que nós, e as indicações que tenho é que só haverá um município que aumenta a população desses, que eu já sei qual é, e em que o choque demográfico de alguns desses municípios é muito maior do que Sever do Vouga, outros municípios que, tendencialmente, até deveriam subir. Isto é um problema de natalidade, porque eu também ouvi, há dias, um especialista que para nós conseguirmos equilibrar a população, independentemente de ser no interior ou litoral, era necessário que tivéssemos um índice de natalidade de 2.1, que as mulheres tivessem acima de dois filhos por cada uma. Isso não existe. Morre mais gente do que a que nasce. Agora, incentivos, pois nós tentamos todos, até temos uma data de incentivos, mas isso, só por si, não é suficiente. E não é por falta de emprego, também. O que falou aqui, nós não temos, felizmente, falta de emprego. Temos falta de emprego especializado. Mas, isso todos têm, porque nós não criamos emprego especializado, a Câmara não cria qualquer tipo de emprego, a não ser o interno, mas é difícil criar-se emprego especializado só com empresas tecnologicamente avançadas e tal cria-se emprego muito mais especializado, mas nós fomos dos primeiros municípios a criar alguns incentivos, à natalidade, apoio ao arrendamento urbano, bolsas de estudo, apoios do fundo de apoio municipal, incluindo aqueles transportes que a Patrícia falou, que

vão entrar, o regulamento está numa fase de conclusão e vai permitir essas coisas, como vai permitir o apoio ao transporte de doentes oncológicos e doentes que precisam de tratamentos fora. Sabemos que há procedimentos que ainda são muito morosos, assim como os próprios procedimentos de angariação de qualquer tipo de serviço são procedimentos complicados numa câmara que tem um serviço de procedimentos bastante reduzido em termos de recursos humanos e que andamos sempre a tentar melhorá-lo para que seja afeta mais gente àquele serviço porque sabemos da dificuldade que hoje temos face à multiplicidade de contratações que temos no serviço dos procedimentos. Sabemos que essas coisas não se fazem em 2 ou 3 dias, levam o seu tempo. Relativamente à Diana, só responder-lhe, efetivamente, eu até pensei que a senhora soubesse isso, se calhar sabe, efetivamente a Polícia Judiciária esteve na nossa Câmara porque parece-me que agora é moda irem a todos. Eu pergunto é onde é que eles não estiveram, aqui nas câmaras ao lado. Estiveram aqui para levantar uma data de processos, mas disseram-nos isto é sigilo de investigação, portanto, não vos vou dizer quais foram os processos para levarem muito material para análise, para inquérito, portanto, é nesses termos que está a intervenção da judiciária. Relativamente à Renata, também dizer-lhe que temos investido muito dinheiro na proteção da, aliás, um dos assuntos que está na ordem de hoje é a possibilidade de irmos buscar um tipo de um empréstimo para atuar na proteção e na prevenção, mas temo-lo feito e de forma muito incisiva nos últimos anos. Desde 2019 até hoje já investimos do orçamento 613 mil euros só em limpezas de faixas de gestão de combustível e de zonas à volta de zonas industriais, das estradas principais, etc. e isso é proteção, também. Se ela vale tudo, não vale tudo isso junto, mas apoios aos bombeiros, aquisição de equipamentos de proteção individual para os bombeiros, apoio às associações humanitárias, reforço dos apoios no sentido de eles também colaborarem connosco, tudo isso tem vindo a ser feito e em grande escala. Nós feliz, ou infelizmente, somos um concelho bastante florestal com riscos muito diferentes de outros e muito mais graves, mas temos feito o que é possível dentro das nossas limitações orçamentais para tentar evitar os grandes incêndios que, de tempos a tempos nos flagelam o concelho.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa. Digo-vos, cara a cara, especialmente ao Partido Socialista, como jurista, como advogado, que é absolutamente falso que exista qualquer ilegalidade na moção que apresentámos ou que a mesma origine qualquer tipo de responsabilidade e nisto eu aposto a minha reputação profissional. Esse argumento, aliás, seria o mesmo que dizer ao presidente da Câmara Municipal de Sintra, que também é um independente eleito pelo Partido Socialista, que ele cometeu uma ilegalidade e basta ir ao site da Câmara Municipal de Sintra, ainda agora fui, e está lá protocolo assinado com a Cintramédica, uma empresa, pela Câmara Municipal contratou 3 médicos e disponibilizou, depois, 3 funcionários administrativos para dar apoio às consultas exatamente porquê? Porque tinham fechado estes postos de atendimento. Eu relembro, aqui, não deixa de ser irónico, tendo sido a intervenção do Partido Socialista feita por quem foi feita, lembro aqui aquilo que nos foi dito quando o CDS propôs que o transporte escolar para as crianças fosse gratuito até ao 12º ano, que também era ilegal, que também havia um parecer, que até nem se concordava com isso. O que é um facto é que, hoje, existe transporte gratuito até ao 12º ano. Afinal, não havia ilegalidade nenhuma. Afinal, também não havia parecer nenhum que impedisse de o fazer e isso foi possível fazer porque o CDS teve a força suficiente para, no orçamento, dizer que só votaria se fosse alcançado esse objetivo, o que foi possível. Portanto, aquilo que nós dizemos, com muita tranquilidade, é que temos a certeza que não há nenhuma ilegalidade nesta proposta. Temos, também, a convicção que, mais tarde ou mais cedo, vão ter que fazer isto porque é fundamental para o povo que esta questão se resolva com urgência. A pergunta que eu vos faço é quantas assinaturas é que o PS precisa no abaixo-assinado para avançar com esta medida? Quantas assinaturas é que são necessárias para que os senhores percebam que esta é uma questão central e que é preciso que os recursos sejam colocados à disposição daquilo que são as preocupações das pessoas e daquilo que é central. Por isso mesmo,

termino dizendo que vamos a tempo desta matéria ser uma matéria que é possível consensualizar em todos os partidos. O CDS não tem o menor problema em votar a favor da moção do PSD, é coincidente com a nossa, uma parte. Queremos ir mais longe e apelamos a que todos sintam isso e que percebam que esta deve ser uma matéria que nos deve preocupar a todos e já chega de desculpas para nada ter sido feito até hoje.-----

Patrícia Santos – Renovo os votos de há pouco. Senhor presidente, a minha intervenção não vai ser tão efusiva. Eu só quero mesmo saber, senhor presidente, quando é que foi a data desse concurso das duas vagas para os médicos do Centro de Saúde? Você disse a data final, supostamente em agosto. Quando é que o concurso foi iniciado? São essas datas que eu aqui perguntei na minha intervenção. Foram uma data de perguntas com datas. Nenhuma foi respondida. É só isso que nós queremos saber, quando é que foi a data. Qual é que é a garantia que essas duas vagas foram, efetivamente, preenchidas? Porque essa garantia não foi aqui dada. Também não é aqui dada a garantia que há um médico em mobilidade. É garantido que há um médico em mobilidade ou isso é só fogo de vista porque estamos online? É que é preciso ter estas garantias, é preciso ter estas datas. É isso que o povo quer saber. O povo quer saber se vamos ter, ou não, gente para assegurar a saúde em Sever do Vouga. O senhor presidente diz que as coisas demoram muito tempo, que os concursos demoram muito tempo. Depende. Depende da prioridade de cada um porque a saúde nunca foi uma prioridade neste concelho. É preciso ver que o senhor está aqui há 8 anos e, em 8 anos, o que é que você fez pela saúde? Nem puxou para o edifício, portanto, onde é que está a prioridade?-----

Jorge Graça – Respondendo ao senhor deputado António Monteiro, tal como falámos na conferência de líderes ainda há pouco, a vossa moção é, quase na totalidade, aceite por nós. O único ponto em que estamos em discordância é exatamente aquele em que o senhor deputado está a dar um ênfase que afinal a vossa proposta é uma situação transitória que vocês propõem. Só para reforçar, mantenho a declaração de voto que fiz, há pouco. A bancada do PS no ponto 1 alínea a) vai votar contra porque as suas garantias não satisfazem e principalmente aquilo que foi discutido não nos garante, nem o senhor doutor, que os médicos contratados sob essa forma teriam acesso à base de dados do SNS e, inclusive, às credenciais que são necessárias para prestarem um bom serviço aos utentes. Essas são as razões fundamentais para o nosso voto contra. Em relação ao ponto b, reitero a proposta que fiz há pouco. Se concordarem em alterar o texto para aquilo que eu referi há pouco, nós votaremos favoravelmente. Se não, transformamos a nossa proposta de alteração numa moção do PS.-----

Presidente da Câmara Municipal – Apenas para responder à intervenção de António Monteiro, para lhe dizer uma coisa. Não preciso de assinaturas nenhuma porque eu acho que estive aqui, exaustivamente, quase que ia esgotando o tempo, a dizer aquilo que nós temos feito e que vamos continuar a fazer nesse sentido. Não é pelo senhor doutor António Carlos vir aqui dizer-nos que nós devemos fazer assim ou assado que eu vou fazer. Eu vou fazer aquilo que for de se fazer e que for necessário para se fazer. Relativamente à Patrícia, eu não sei se o concurso está aberto, não tenho aqui o Diário da República. Sei que está aberto, agora, desde a fase terminal, num período do internamento dos médicos, até ao final de agosto e é nesse período que eles serão, ou não, colocados, mas não há nenhum meio para os obrigar a concorrer. Não podemos obrigá-los a concorrer para cá, concorrem se quiserem. Não há forma de os pressionar a concorrer para aqui, se há vagas para outros lados, aliás, um dos problemas tem sido esse, é eles não concorrerem ou quando concorrem passado um ano ou dois querem sair.-----

O Presidente da Assembleia Municipal passou à votação das moções apresentadas.-----
Moção PSD – Um concelho com saúde para todos:-----

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) é composto por um conjunto de serviços e instituições que têm como finalidade o acesso de todos os cidadãos, em geral, aos cuidados de saúde. Foi criado – recorde-se – para oferecer aos seus utentes toda a proteção necessária para a sua saúde e bem-estar.-----

Em Sever do Vouga, um território de baixa densidade, onde o SNS melhor devia funcionar, é onde falha ao nível da cobertura a todos os cidadãos.-----

Assim, considerando que:-----

1. Nos últimos anos temos vindo a perder serviços de cuidados de saúde, nomeadamente o serviço complementar de saúde;-----
2. Em Sever do Vouga há muitos cidadãos sem médicos de família o que está a constituir um grave problema na qualidade de vida das populações;-----
3. A população do concelho é a mais envelhecida do distrito de Aveiro;-----
4. Em menos de um ano fecharam duas extensões de saúde, outras perfilam-se para fechar e outras funcionam a tempo parcial;-----
5. O Plano Municipal de Saúde, apresentado por esta bancada e aprovado em 26 de abril de 2019, que visa colmatar as falhas existentes no SNS no nosso concelho, até à data, não foi implementado;-----
6. A ligação entre as freguesias e o centro do concelho não satisfazer as necessidades da população ao nível dos transportes. Estes motivos prejudicam os cidadãos em geral e em particular os mais vulneráveis socialmente, dado a falta de médicos de medicina geral e familiar e a inexistência do serviço complementar de saúde.-----

Em consequência destes considerandos apresentamos, com plena legitimidade democrática, esta moção para ser submetida a aprovação no sentido de que seja estabelecido um protocolo de cooperação entre o Município de Sever do Vouga, a Administração Regional de Saúde do Centro e o Agrupamento de Centros de Saúde Baixo Vouga, visando a elaboração de um regulamento de incentivos a médicos das unidades de saúde, no qual se estabeleçam obrigações tripartidas em ordem ao apoio à UCSP de Sever do Vouga e no qual o município instaure os incentivos necessários à fixação dos médicos de medicina geral e familiar que se radiquem no nosso concelho, no âmbito das competências previstas na alínea r) do n.º 1 do artigo 33º e das atribuições estabelecidas na alínea g) do n.º 2 do artigo 23º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que cria um incentivo à sua fixação no nosso concelho.-----

Propomos com esta moção – uma iniciativa concreta e exequível – que seja dado um passo decisivo para a resolução de um problema que se arrasta no tempo e que vai ao encontro das necessidades efetivas dos munícipes.-----

A moção do PSD foi aprovada, por unanimidade, pelos vinte e sete membros presentes.----

De seguida, o **presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a moção apresentada pelo CDS:-----

Por uma rápida contratação de médicos de medicina geral e familiar e da reabertura da ES de Silva Escura e Rocas do Vouga:-----

1. Os habitantes do concelho de Sever do Vouga encaram com extrema preocupação o eventual encerramento das Extensões de Saúde (ES) de Silva Escura, Rocas do Vouga e Pessegueiro do Vouga, tanto mais que a ES de Silva Escura, tal como a ES de Rocas do Vouga, se encontram sem médico de família, estando suspenso o funcionamento daquelas ES, alegadamente, por indisponibilidade de médicos, por terem passado à reforma;-----
2. Mais recentemente, o mesmo acabou por suceder com várias pessoas da freguesia de Sever do Vouga que também deixaram de ter médico de família, agravando ainda mais a carência de médicos do SNS no concelho;-----
3. Assim, segundo dados disponíveis no SNS BI-CSP, a 1 de abril de 2021, a Unidade de Saúde de Sever do Vouga (USSV) tinha 3227 utentes sem médico de família (cerca de 25,92% da população), a que acrescem os utentes das ES sem médico no ativo;-----
4. O concelho de Sever do Vouga possui uma população residente de 12 356 habitantes (2011), sendo que a população da área abrangida pelo ACeS BV é maioritariamente uma população envelhecida, com várias patologias associadas, pelo que a falta de médicos de família e de clínica geral, é um dos maiores problemas do nosso concelho;-

5. Sabe também o CDS que, ao se dirigirem à USSV, os utentes das ES de Silva Escura e de Rocas do Vouga estão a ser convidados a preencher um inquérito que mais não será que a inscrição como utentes da USSV. Ora, a confirmar-se ser verdade este processo, em breve, terá como consequência o decréscimo de utentes inscritos na ES de origem, levando ao seu encerramento com a justificação de número insuficiente de utentes nelas inscritas;-----
 6. Acrescentando a todos estes factos, não há uma rede de transportes no concelho que permita o acesso aos cuidados de saúde primários de todos os severenses, pondo em causa o acompanhamento de idosos e doentes crónicos, assim como todos os outros. Aliás, o concelho de Sever do Vouga é tido como o mais envelhecido no distrito de Aveiro, com mais de 43% de população idosa dependente (fonte SNS BI-CSP);-----
 7. Desde novembro, os utentes das unidades de saúde sem médico de família têm de se deslocar à USSV para marcar consulta. A deslocação tem de ser efetuada diariamente para garantirem uma das oito vagas diárias disponibilizadas para a totalidade da população do concelho de Sever do Vouga sem médico de família, criando-se filas intermináveis, com idosos e doentes sem local para se sentarem;-----
 8. A população desloca-se de madrugada para, eventualmente, lhe ser marcada uma consulta ao final do dia. Ou seja, as pessoas doentes têm de se deslocar duas vezes no mesmo dia, das suas freguesias à USSV, se necessitarem de consulta;-----
 9. Acresce a toda esta situação o facto de o espaço da USSV apresentar falta de condições para receber mais utentes, fazendo com que estes aguardem no exterior quer pelas marcações da consulta quer pela própria consulta. O edifício da USSV também não possui estrutura para que seja efetuado o acompanhamento adequado deste acréscimo de utentes – com sala de espera muito pequena e poucas salas para a prestação de cuidados de saúde;-----
 10. Para o CDS, mais importante que obras lançadas a toda a pressa em ano de eleições, estarão sempre as pessoas mais desfavorecidas, os idosos e todos os doentes crónicos, que precisam de ajuda com os seus problemas de saúde;-----
 11. Nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 23º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e das suas alterações posteriores, a saúde faz parte das atribuições dos municípios, pelo que é dever evidente dos seus órgãos proteger e cuidar da saúde dos severenses, em especial dos mais desfavorecidos;-----
 12. Aliás, à semelhança do que já fizeram vários concelhos no país de diferentes cores políticas como Arouca (desde 2013), Cartaxo, Mafra, Salvaterra de Magos, Sintra.-----
- Nestes termos, a Assembleia Municipal de Sever do Vouga recomenda à Câmara Municipal de Sever do Vouga que desenvolva os seguintes procedimentos:-----
1. Numa primeira fase, provisória, e de modo a colmatar a falta de médicos existente no concelho e a reativar o mais rapidamente possível, as extensões de saúde de Rocas do Vouga e de Silva Escura, urgentemente:
 - a) Proceda à contratação direta de médicos de medicina geral e familiar, através de contratos de prestação de serviços, para prestarem cuidados de saúde à população, de forma a colmatar a falta de cuidados médicos existentes no nosso concelho;-----
 - b) Ao mesmo tempo, estabeleça protocolos de parceria com várias clínicas privadas de forma a assegurar cuidados médicos necessários à população, através de apoio domiciliário aos mais necessitados, ou a cumprir o disposto no ponto anterior.-----
 2. Para numa segunda fase, desde já, proceda à criação de um sistema de incentivos financeiros de complemento salarial e outros apoios, designadamente, de transporte e habitação, a atribuir aos médicos que concorram às vagas do ACeS BV para Sever do Vouga, especialmente nas suas Extensões de Saúde, destinado a atrair novos médicos para o Serviço Nacional de Saúde a serem colocados no nosso concelho, desse modo dotando todos os severenses de médico de família.-----

Resultado da votação do ponto 1, alínea a) da moção do CDS:-----

Seis votos a favor – António Monteiro, António Dias, Custódio Lima, Edite Rodrigues, Pedro Mendes e Sérgio Silva.-----

Sete abstenções – António Cruz, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Elmano Silva, Paula Coutinho, Paulo Lourenço e Tony Martins.-----

Catorze votos contra – Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cesário Martins, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos e Renata Marques.-----

Resultado da votação do ponto 1, alínea b) da moção do CDS:-----

Seis votos a favor – António Monteiro, António Dias, Custódio Lima, Edite Rodrigues, Pedro Mendes e Sérgio Silva.-----

Vinte e uma abstenções – António Cruz, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cesário Martins, Cipriano Nogueira, David Alves, Diana Paiva, Elmano Silva, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Renata Marques e Tony Martins.-----

Resultado da votação do ponto 2 da moção do CDS:-----

Aprovado por unanimidade com vinte e sete votos a favor – António Cruz, António Monteiro, António Dias, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cesário Martins, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Votada a moção apresentada pelo CDS, o **presidente da Assembleia Municipal** procedeu à leitura da proposta de alteração do texto da mesma, apresentada pelo PS:-----

“Propõe ao município que analise a hipótese de as IPSS, ou empresas de prestação de serviços, contratarem clínicos que possam, de forma articulada, prestar aos cidadãos os serviços médicos de que necessitam. Tudo no estrito cumprimento da lei e na defesa intransigente dos direitos dos severenses à proteção na doença e ao acesso aos cuidados de saúde.”-----

A proposta de alteração foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, com vinte e sete votos a favor dos membros António Cruz, António Monteiro, António Dias, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cesário Martins, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Patrícia Santos apresentou a seguinte declaração de voto: *“Renovo os votos de há pouco. A saúde é extremamente importante e, cada vez mais, é preciso medidas concretas para satisfazer as necessidades da população, mas as suas reais necessidades. Como foi dito, imensos severenses não possuem, neste momento, médico de família geral e familiar. E é isso que temos que dar, urgentemente, aos severenses. Não nos podemos esquecer que já tivemos muito. Inclusive um serviço de urgência no nosso concelho e, neste momento, estamos a perder tudo o que temos. A moção do CDS é, no nosso entender, algo que não vai de encontro às necessidades do povo. Porquê? De que é que adianta ter um médico que será apenas um prestador de serviços se não tem acesso ao SNS nem autorização da tutela? Portanto, a proposta do CDS é apenas provisória em parte, uma vez que a contratação dos médicos seria de meros prestadores de serviços sem qualquer acesso às nossas extensões de saúde, nem aos processos dos utentes. Médicos privados, nós já cá temos. O objetivo deve ser sempre atender às necessidades efetivas da população, como o diagnóstico, a prevenção e o encaminhamento do utente, não a mera visita ao médico só porque sim. Entendemos e, após ouvir várias pessoas ligadas à área da saúde, que seria mais benéfico e mais fácil de resolução estabelecer o protocolo, conforme apresentamos na nossa moção”*.-----

António Monteiro apresentou a seguinte declaração de voto: *“Muito obrigado, senhor presidente da mesa. Para uma declaração de voto muito simples. O CDS teve o cuidado, nesta reunião, para não olhar de onde vinham as propostas e apoiarmos todas essas propostas. Não arranjámos pretextos para nos esquivarmos àquilo que é a responsabilidade que todos nós temos de ajudar os severenses que passam dificuldades e que não têm acesso a serviços de saúde. Não há reitero de qualquer ilegalidade. Aliás, não deixa de ser irónico o Partido Socialista aquilo que procurou fazer foi pegar na proposta do CDS e dizer que não se comete ilegalidade e apresentar proposta semelhante. Nós não temos esse problema. Não temos aqui a preocupação de reivindicar a autoria da mesma forma que não dizemos ao PSD que, tendo nós isso na nossa proposta, como sabem, desde a reunião de Câmara Municipal que, na parte que é coincidente, não temos o menor problema e, aliás, achamos até que é importante que tivessem presente o seguinte: esse calendário é um calendário em que a população de Sever do Vouga continua em risco e quem não tem meios para ir a um médico privado está abandonado à sua sorte e essa foi a preocupação do n.º 1, alínea a) e b) que o CDS apresentou e, por isso mesmo, reiteramos que se ficarmos reféns do calendário de outros, há pessoas que não vão ter solução para o seu problema de saúde, para a sua consulta e, mais que não seja, que isso seja feito, que esse apoio seja dado e por isso é que fazíamos essa recomendação à Câmara que, infelizmente, não passou, mas estamos certos que, mais tarde ou mais cedo, acabarão por fazer aquilo que o CDS propôs.”*-----

----- 4 – Ordem do Dia -----

1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara: - Foi perguntado, pelo presidente da mesa, à Assembleia, se pretendiam colocar questões, ou se havia alguma dúvida sobre a informação. Aberto um período de intervenções, foram registadas as seguintes:-----

António Dias – Obrigado, senhor presidente. Senhor presidente, membros da mesa da Assembleia, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal, senhores presidentes de Junta, senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores. É com espanto que eu, na informação escrita do senhor presidente da Câmara, não constato alguns dos pedidos e algumas das solicitações que, tanto a Junta de Freguesia, como a Assembleia vão pedido ao senhor presidente da Câmara e, mais uma vez, constato que não aparece nada. Relembro, em relação à minha freguesia, ainda não vi nenhuma menção sobre as estradas e caminhos que estão a necessitar de obras. Mais uma vez, ficam sem resposta aqui na Assembleia, ficam sem resposta na comunicação escrita, portanto, eu gostava de saber se o senhor presidente tem alguma coisa a dizer a estes pontos, nomeadamente se vão fazer alguma coisa ou alguma obra nas estradas da Silveira, das Arcas, da Póvoa, do Cortez, do Seixo, da 333 à Vide, Doninhas à Macida, da Vide ao Cortez, do Vilarinho à Frágua, entre outras. Já agora, gostava de saber se o senhor presidente da Câmara tenciona, pelo menos, ter aqui uma palavra, uma vez que não fez por escrito. Já agora, também por várias vezes, em todas as intervenções na Assembleia fiz aqui o pedido de colocação de lombas em alguns lugares da freguesia, nomeadamente na Macida, nas Talhadas, na Póvoa, etc. e alguns rails que ficaram por colocar na estrada da Macida. Já apareceu na comunicação escrita obras na estrada da Macida, nomeadamente rails, mas há lá uma curva bastante perigosa que ficou sem rails. Em relação ao centro escolar de Talhadas, já fiz aqui um pedido, a Junta está disponível para ajudar na construção, ainda recentemente negociámos um terreno, falta apenas fazer a escritura, e, até hoje, nada foi dito. Já agora, senhor presidente, não há aí nada na comunicação escrita sobre esse ponto, eu ouvi dizer, fala-se lá por Talhadas, que a Câmara Municipal tenciona encerrar a escola primária de Talhadas. Eu gostava de saber se há algum fundamento ou é só o “disse que disse” ou, então, estão à espera das eleições. Em relação à zona industrial de Talhadas, como sabem, houve uma carta aberta. O senhor presidente da Câmara, e muito bem, chamou um promotor para negociar, sei que estavam a negociar sobre o preço por metro quadrado, não aparece nada na comunicação escrita e gostava de saber se poderá, no fundo, avançar alguma informação uma vez que a entidade

proprietária dos terrenos cedeu, recentemente, gratuitamente os terrenos à Câmara. Gostava de saber se já negociaram com o proprietário e qual era o ponto de situação do projeto uma vez que estão em causa cerca de noventa postos de trabalho e três milhões de euros de investimento. Também não vi nada na comunicação escrita sobre as zonas industriais. A maior parte das Câmaras estão a aproveitar fundos comunitários e Sever do Vouga não sei se fez alguma candidatura, se não, para poder potenciar e desenvolver essas zonas industriais um pouco por todo o concelho. Também não vi nada na comunicação escrita, já lhe fiz um pedido de 19 de fevereiro, aqui nesta Assembleia, e gostava de saber sobre a praia fluvial do Rio Alfusqueiro, no Cortez, qual é o ponto de situação em relação à ponto que está um perigo, está toda escavada, está insegura, e as margens do rio em mau estado. Do lado do Préstimo está, praticamente, intransitável. Nada foi feito. Eu gostava de saber se a época balnear vai funcionar assim, uma vez que até areia lá falta. Não vi nada aí sobre um pedido que a Junta fez em contexto de negociação com o proprietário de a Câmara ajudar na aquisição de um artigo rústico junto ao Rio Alfusqueiro para aumentar tanto o lazer como, também, o estacionamento. Gostava de saber se tenciona dar aqui alguma resposta nesta Assembleia. Já agora, senhor presidente, colocação de um ecoponto no centro de Talhadas. Como toda a gente sabe, infelizmente, o lixo vai-se amontoando e, muitas vezes, não é só culpa da Câmara, é culpa também de quem o coloca porque deixam-no fora dos ecopontos e dos contentores. É no centro de Talhadas e, em termos estéticos é mau demais para se ver e de saúde pública é um perigo uma vez que abundam vidros no chão, etc., e a minha questão é qual seria a possibilidade, senhor presidente, de colocar contentores subterrâneos como temos aqui próximo. Se calhar, teriam mais capacidade e, no fundo, olhos que não veem, olhos que não comem. Para terminar, eu vi recentemente, na minha freguesia, também não vi aqui nada na comunicação escrita, sobre o Censos 2021. Ouve-se dizer que há freguesias, pelo menos uma, que perdeu cerca de 180 pessoas. Já tinha poucas, qualquer dia não tem nenhuma. A minha freguesia, infelizmente, perdeu cerca de 60 pessoas. Pergunto se tenciona tomar algumas medidas, se tem em mente alguns projetos de apoio, por aí fora. Falou-se, há pouco, da parte da saúde. Infelizmente, e é com tristeza, sendo eu Severense, independentemente de ser da freguesia de Talhadas ou ser de uma outra, mas tenho que defender os meus conterrâneos e é com tristeza que eu vejo que, mais uma vez, vamos deixar as pessoas sem médico de família muito tempo, até que haja, se calhar, um chumbo de orçamento. Isto, senhor presidente, também não vi nada na comunicação escrita, como toda a gente sabe, foi preciso vir a Junta de Talhadas pagar os transportes até ao 12º ano desde abril 2019 até final de 2019, chumbaram o orçamento para que a Câmara assumisse, de uma vez por todas, o transporte gratuito até ao 12º ano. Senhor presidente, aí são miúdos, felizmente, mais dificuldade, menos dificuldade, os pais na educação apostam. Aqui, senhor presidente, espero que o senhor e a sua bancada e os demais membros, pelo amor de Deus, não deixem as pessoas morrer por falta de saúde e, por isso, na saúde, que é um bem essencial, peço que não esperem pelo próximo orçamento.-----

Paula Coutinho – Senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal e restantes membros, senhor presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta, comunicação social, entidades e público presente. Caras e caros severenses, ao longo destes quatro anos em que faço parte da bancada do PSD, a mesma, em quase todas as Assembleia Municipal, solicitou o melhoramento da informação escrita. Quer-nos parecer que a informação escrita está tão desmotivada com os parcos melhoramentos, como nós deputados estamos com a aplicabilidade das moções aqui aprovadas. Mas, finalmente, hoje vemos uma a ser implementada. Vejamos, um dos temas do momento, covid-19, que continua a não fazer parte da informação escrita. Diz o senhor presidente, na ata 267 de 30 de abril, acabada de aprovar que e passo a citar: *“Falta aí, realmente, uma situação do covid que eu pensei não trazer a esta Assembleia para trazer na próxima com muito mais informação”*. Pois bem, acreditamos que sim, mas onde está essa informação detalhada prometida na anterior

Assembleia Municipal? O senhor presidente, depois não gosta quando alertamos que a informação escrita é medíocre. Quer melhor prova que isto? Outro tema extremamente importante é os cuidados de saúde. Como ainda há pouco sobejamente foi debatido aqui, mas na informação escrita nada menciona. Será uma prioridade para este executivo? Foram ou não foram feitas diligências no sentido de reverter o fecho das extensões de saúde? Existe ou não existe um parecer da Dra. Castanheira Neves? Minhas caras e meus caros, o executivo tem-se limitado, sobretudo, neste último mandato a uma gestão corrente, sem visão e planeamento, tentando correr, agora, atrás do prejuízo, prova disso são as obras que estão em execução e que a maioria delas estão com prorrogações e suspensões. Três anos não serviram para planejar as obras agora em execução, senhor presidente? Para já não falar daquelas obras onde o alcatrão é colocado e passado alguns dias as ervas nascem e do alcatrão que se desfaz criando buracos. Milagre. Já na última assembleia eu disse, depressa e bem, há pouco quem, e esta informação escrita é prova disso:-----

- “Alargamento e Pavimentação da Rua do Cão” - Prorrogação Legal do prazo;-----
- “Rua da Arrota - Fase 1” - Prorrogação Graciosa do prazo e suspensão Legal, porquê?-
- “Repavimentação da Estrada de Chão de Além a Porto Carro”, 2 autos de suspensão;--
- “Pavimentação da Rua das Eiras, Rua do Casainho, Calçada da Azenha, Rua do Tornadouro, Rua do Cabo e Rua José Maria Barbosa”, entrou em incumprimento de prazo, sujeito a penalizações diárias, será que vão existir mesmo essas penalizações? E a qualidade do tapete é verificada?-----
- “Estrada de Dornelas a Silva Escura - Fase 1”, com o valor da execução apresentado nesta informação escrita, duvido que a obra fique pronta no dia 7 de julho. Como está esta obra? O prazo é para cumprir?-----
- “Cemitério de Cedrim – Arranjos Exteriores”, prorrogação do prazo.-----

Das catorze obras em execução com data prevista do fim da obra para este ano, seis estão com problemas. Seis. minhas caras e meus caros. Pergunto, senhor presidente, existe alguma obra que esteja a correr bem? E porque ainda não existe um fiscal municipal? Já em assembleias anteriores falamos no incumprimento, suspensões de obras e nas penalizações diárias. Na altura foi solicitado o valor das penalizações diárias, nas diversas obras, que nunca nos foi facultado. Mais uma vez, peço que nos seja remetido, o valor das penalizações diárias nas diversas obras. Existem obras que teimam em não sair do papel, como por exemplo, o arranjo urbanístico do Largo do Couto e a ligação entre a Rua da Tapada e a Rua dos Moinhos, em Carrazedo, cerca de 40 metros. Quando preveem fazer isso? Faltou o alcatrão? E para quando a colocação de rails ou proteções e a marcação das estradas? Fica para o inverno? Ou simplesmente não é feito. Existem sítios muito perigosos que podem pôr em causa a vida humana. Já estamos em pleno verão e os nossos pontos turísticos não se encontram em condições para receber quem cá está e quem nos quer visitar. Alguns exemplos – Ecopista; praia fluvial da quinta do barco, anfiteatro do parque urbano da vila, cabreia, entre outros. E as plantas que foram colocadas ao longo da margem do Rio Vouga e da ecopista, através do projeto Naturvouga, como se encontram? Temos conhecimento, que a maioria delas desapareceu ou morreu. Na altura, alertamos que não era prudente administrar herbicida, após a colocação das plantas. A manutenção e limpeza de todas as infraestruturas existentes no concelho é de extrema importância e não pode ser descurada. Minhas caras e meus caros, se queremos ser uma referência a nível nacional, não basta querer, temos de fazer por isso. Senhor presidente, como se encontra o processo da Greenvouga? Houve reuniões ou não houve reuniões? Houve explicações ou não houve? O dossier com os estragos já foi enviado à entidade gestora da barragem? O que é que o executivo tem feito para resolver este problema que já se arrasta há imenso tempo? Os lesados não merecem resposta? Pelo que temos visto, não. Parece haver um desfasamento entre o que diz a câmara, na sua informação escrita, e os lesados. Como está o processo? Na Informação de Gestão mencionam “*As finanças municipais têm apresentado uma situação estável nestes últimos anos, fruto da política financeira rigorosa de contenção de despesas...*”. Eu diria fruto das cativações, da falta de

investimento, no concelho e nas pessoas. Prova disso, são as fracas execuções – as prorrogações nos prazos das obras, o adiar de obras, o fecho de extensões de saúde, entre outros. Aliás, ainda continuamos à espera da real execução financeira do orçamento, que até à data nada – Falta transparência. Minhas caras e meus caros, como já referi atrás, o executivo tem-se limitado, a uma gestão corrente, sem visão e planeamento. É hora de virar a página e fazer mais por Sever.-----

Pedro Mendes – Boa tarde senhor presidente da Assembleia, restantes membros da mesa, senhor presidente da Câmara, senhora vereadora, senhores vereadores, senhoras deputadas, senhores deputados, restante público presente aqui e online, gostaria de realçar este facto, uma medida que foi aprovada nesta assembleia em 2018 e, passados três anos, é implementada. Eu creio, de facto, que, não diria que as assembleias passam a ser mais transparentes, mas pelo menos as pessoas passam a estar mais informadas e conseguimos, no fundo, chegar a mais pessoas que, desta forma, podem estar em vários locais e tentar perceber aquilo que acontece não só nas assembleias, mas na atividade diária semanal, mensal e anual da Câmara Municipal. Sobre a informação escrita, já foram ditas algumas coisas, eu creio que, do ponto de vista qualitativo, registo que é mais ou menos idêntico. Do ponto de vista quantitativo, algo me chamou a atenção – vinte e três obras na informação escrita. Uma evolução significativa ao longo dos vários meses com registo a 30 de junho de 2021, aparentemente sinal de grande desenvolvimento e de progresso de várias freguesias e do próprio município. Contudo, numa análise mais atenta, se calhar devíamos ficar atentos a alguns pontos de interesse. Cinco obras com prorrogação legal, graciosas todas. Isto, basicamente, significa que a Câmara Municipal assina acordos com empreiteiros e se os empreiteiros não cumprirem com as suas obrigações não há problema nenhum. Somos, no fundo, benevolentes com estas pessoas e do género “fica aqui conosco, somos teus amigos”. Provavelmente poderiam justificar este executivo que os empreiteiros são escassos ou que estão ocupados com dezenas de obras, mas eu pergunto porque é que não fizeram estas obras mais cedo e porque é que não tiveram outro tipo de planeamento. Podíamos ter aqui duas ações – ou são concretizadas, e isto seria fantástico estas obras todas serem concretizadas nos prazos que estão estipulados ou, então, creio que este executivo terá que assumir que foi um erro, ou de planeamento, ou de outra natureza ou, então, ter que admitir que foi um ato de ilusionismo perante as populações deste concelho, no sentido de iludir as pessoas de que isto seria possível, num determinado momento que, manifestamente, provavelmente não será possível. Cinco obras que vão terminar em julho. Podemos mesmo confiar? Três obras que vão terminar em agosto. Podemos mesmo confiar? Duas obras com penalizações diárias – quanto, de que forma, já estão a ser aplicadas? Questiono se isto não devia ser aplicado em todas. Isto, para que as pessoas das várias freguesias possam, no fundo, fazer a sua análise e a sua fiscalização nos próximos meses. As cinco obras com prorrogação, estamos a falar do “Alargamento e Repavimentação da Rua do Cão”, “Rua da Arrôta”, “Repavimentação da Estrada do Chão d’Além a Porto Carro”, “Cemitério de Cedrim - Arranjos Exteriores” e “Reparação de Pequenos Troços e Largos”. Cinco obras que vão terminar em julho – vamos mesmo ver se vão mesmo terminar – Reparação de Pequenos Troços e Largos, Repavimentação da Estrada do Chão d’Além a Porto Carro, Estrada de Dornelas a Silva Escura - Fase 1. A minha formação é em marketing e eu creio que eu teria uma ideia melhor, que era nós podermos aprovar obras com a indicação de fases para a sua execução e para se justificar que estamos a fazer alguma coisa. Cemitério de Cedrim Arranjos Exteriores e Zona de Fruição Ribeirinha de Couto de Esteves. Outra questão também importante e que eu gostaria de deixar aqui, que não está na informação escrita, no dia 23-02-2018 foi aprovado em Assembleia Municipal a alteração da toponímia de uma artéria em Dornelas. Nos termos da Lei n.º 75/2013, a competência em termos de toponímia é exclusiva da Câmara Municipal. Ao que parece, a Câmara Municipal solicitou um parecer à Junta de Freguesia respetiva e, tanto quanto sabemos, este parecer nunca foi emitido e, também ao que sabemos, o presidente desta Junta de Freguesia assumiu que esta competência seria da

Câmara Municipal. Sendo que este parecer é facultativo, na sua ausência a Câmara Municipal não pode deixar de decidir. Queremos saber se a Câmara Municipal vai cumprir com a recomendação unânime que esta assembleia teve nesta data de 23-02-2018. Há aqui um último assunto que eu deixava uma nota que eu gostava de deixar. Eu creio que se descredibilizou nesta assembleia a atuação da Polícia Judiciária em Portugal e gostava, no fundo, de colocar isto em causa. Eu creio que a Polícia Judiciária não vai a todos os lugares, pelo menos creio que possam ser discretos, em minha casa não estiveram, portanto, gostava de deixar aqui esta referência.-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu começava já por aí. Teve sorte de não terem ido a sua casa porque não teve nenhuma queixa anónima. Se o tivesse, provavelmente tinham ido também. É assim que, pelos vistos, eles processam as coisas. Basta qualquer queixa anónima para eles virem investigar. Oxalá que ninguém lhe coloque essas queixas anónimas para eles não terem que ir lá. Relativamente à intervenção do senhor presidente da Junta de Talhadas, muitas destas coisas são procedimentos normais que a Junta de Freguesia deve fazer com a Câmara. Andamos toda a vida a explicar aqui estas coisas, mas tudo bem. Estrada da Silveira, é uma que está a ser preparada e que está dentro de um pacote - eu já disse isso aqui umas dez vezes, como estão algumas daquelas com pisos mais irregulares, mais difíceis. Estamos a preparar um espaço de medição para ver se conseguimos, ainda, pavimentar a parte pior da entrada de Talhadas para a Silveira porque toda ela está numa candidatura, que já tenho indicações que vai ser aprovada, mas que ainda não veio a sua aprovação, onde estão estradas muito danificadas, onde está a Macida, por exemplo, Lourizela-Barreiro, algumas que estão nessa candidatura e que será apoiada pelo fundo de apoio municipal. A colocação de lombas, registei aqui. Tem que nos fazer chegar os locais exatos de onde é que pretendem colocar as lombas para nós depois abriremos os procedimentos ou chamar lá, pelo menos, o técnico da câmara, já não digo o vereador, mas ao menos um técnico para ver os locais indicados e isso é a Junta que tem que tratar porque, muitas vezes, a colocação de lombas agrada a uns e desagrada a grande maioria das pessoas. De qualquer forma, é o papel do senhor presidente da Junta comunicar-nos isso e dizer onde é que as pretende. Aliás, já iniciámos um processo para a colocação de algumas delas, nomeadamente em Pessegueiro, duas delas estão adjudicadas para se fazerem. É óbvio que não temos hipótese e se, por um lado, e isto serve para os três e para mais gente, eu fico com a ideia que é assim – entra-se dizendo que nós não fazemos nada, mas depois apresentam aqui um ror de obras enorme. Então, onde é que ficamos? Fazemos ou não fazemos? Hoje, só ouvi, nestas três intervenções, falar de obras que estão em execução, em adjudicação, em prazos e prorrogações, etc., portanto, para todos, há que separar aqui duas coisas. As prorrogações legais não têm qualquer penalização, como é óbvio, se elas são legais são aquelas que estão lá por motivos que foram aceites e justificados. As que têm penalizações, e que dizem que estão em penalização, ser-lhe-ão aplicadas no final da obra quando se fizer a medição e o auto final da medição vai-se aplicar as penalizações ao dia em que eles entraram em conflito com o prazo. Portanto, esta é para toda a gente. Macida, tudo bem, não é possível, como eu digo, agarrarmos em todos os locais onde há necessidade meter rails de proteção. Não foi possível. Fizemos uma empreitada com quase sessenta mil euros para alguns dos locais mais perigosos. É óbvio que sabemos que ainda é necessário noutros, mas o orçamento não é elástico, não chega para tudo. Lá chegaremos. Encerramento da escola de Talhadas, trouxe-me aqui uma novidade que eu nunca ouvi. Nunca ouvi esta versão. Se isso surge por aí, não sei quem é que foi descobrir essa proposta porque isso não se fala conosco. Aliado a isso, já agora, a questão da construção de um possível centro escolar. Eu já disse, também, aqui, que as construções escolares passam por um filtro. Não é o presidente da Junta ou o presidente da Câmara a dizer que quer fazer. Pois quer, mas se quiser paga. Quando nós fazemos estas coisas, têm de ser conjugadas com o Ministério da Educação e, em primeira instância, com a carta educativa que reflete e, já agora, aproveitamos para dizer que a carta educativa é um dos planos de desenvolvimento do território e de um concelho,

mas também aí, nós umas vezes temos planos e não devíamos ter planos, outras vezes falta-nos planeamento. Acho engraçado isto porque, ainda na última reunião de Câmara, perguntou-se “é para quê o plano de turismo?”. Para planear. O plano é para isso, para planear. Nós temos planos para quase tudo. Não é possível fazer isso nos prazos que toda a gente quer e que nós também gostaríamos. Relativamente à execução das obras, nós felizmente, e como viram aqui, volto a repetir, elencaram aqui uma série de obras quando nós temos neste momento vinte empreiteiros a trabalhar em Sever do Vouga. Coisa que, muitos parceiros nossos, aqui ao lado, não os têm e têm as obras abandonadas por falta de mão de obra. Nós também sentimos isso. E quando, às vezes, eles vêm fazer uma semana naquela obra para ir a outra, nós sabemos que é isso, há falta de mão de obra e algumas dessas obras que depois são sujeitas a subempreiteiros, têm falta de mão de obra grande e muitas destas que aqui foram elencadas têm a ver exatamente com os trabalhos de subempreiteiros que eles não conseguem ir a todo o lado, portanto, vão-se aguentando tentando que os prazos se cumpram, mas sempre com alguma dificuldade. Ainda assim digo – nós, neste momento, até nem estamos tão mal. Há um ano e tal nós chegámos a ter quatro ou cinco concursos consecutivamente desertos e um deles foi o Largo do Couto, que ficou deserto duas vezes. Felizmente, já foi entregue. E dos quatro que concorreram, só um é que apresentou proposta válida. Iniciar-se-á brevemente, saiu a semana passada o concurso. Agora é proceder ao contrato para a obra avançar. Também lá lhe digo que vai ter alguns problemas como outras vão ter, sendo uma obra de muita minúcia, de muitos pormenores e muita calçadinha, possivelmente vai bater no problema da falta de mão de obra nesta área que tem afetado várias obras e o país em geral. Rua do Cão e Rua da Arrôta, está lá na informação a explicação porque é que elas foram prorrogadas, embora considere que a informação é incompleta, eu acho que isso está lá, diz porque é que foi. Arrôta, por exemplo, tem um problema de uma expropriação que está em decisão pública de utilidade pública em Lisboa e parou por causa disso, foi suspensa por causa disso, até resolver esse assunto. Outras têm os seus problemas, muitas delas por falta de mão de obra, como eu disse, mas todas elas têm lá a explicação de porque é que aconteceu isto ou aquilo. Não tem a informação? A Câmara vai a informação quando é autorizada a prorrogação e é um pormenor que tenho de dizer ao técnico que tem de pôr lá a explicação na informação, mas elas quando são prorrogadas ou suspensas na Câmara, normalmente, leva lá qual é a justificação e o pedido do empreiteiro. Também compreenda que eu não vou trazer aqui para a informação tudo aquilo que se passa no dia-a-dia da Câmara se não tinha que meter mais 7 ou 8 técnicos ou chefes e os chefes já são raros e já estamos sempre aqui a ser criticados por aumentar as chefias, mas elas depois falham no serviço onde há pouco pessoal, há mais dificuldade em apresentar essas coisas todas, portanto, teríamos de ter aqui um gabinete de comunicação só para a comunicação escrita, não temos isso. Por isso é que temos execuções enormes e não como diz a senhora deputada. Veja o documento das contas e vê qual é a execução. A execução da despesa passou de 81% para 90,30%. Não tem execução? A execução da receita passou de 80% para 86%. Não tem execução? Tem e ultrapassa todas aquelas taxas que demonstravam determinada preocupação na senhora deputada. não há aqui qualquer problema de falta de execução. Fiscal municipal, entrámos num processo de mobilidade, há séculos, não apareceu ninguém para a mobilidade. Estamos a lançar agora um concurso normal para ver se alguém entra e não tem sido fácil como não tem sido fácil noutros serviços, mas este é um deles. Como engenheiro florestal, por exemplo. Temos tido alguns problemas de reposição de vagas quando as pessoas vão embora, portanto, aqui foi a saída do funcionário que criou aqui uma vaga que agora é preciso repô-la, mas é preciso que haja gente capaz e com as competências devidas para se poder candidatar e entrar. Greenvouga, penso que mais do que uma pessoa falou nisto, nós estamos atentos a este problema e, mais uma vez, voltámos a insistir com a Greenvouga já com novos orçamentos, aliás, demorámos aqui algum tempo porque, infelizmente, os nossos vizinhos do Carvoeiro e da zona afetada no concelho de Águeda demoraram algum tempo a dar-nos

as afinações dos orçamentos das suas despesas para nós completarmos o processo, mas está para lá a aguardar e nós demos um prazo à administração da Greenvouga para nos responder, penso que o prazo terminará sexta-feira desta semana. Quanto à toponímia, normalmente o procedimento é esse. As juntas fazem-nos chegar a decisão deles e nós temos alguma dificuldade em estar a contrariar aquilo que é a vontade dos locais e, como é óbvio, se a vontade dos locais é aquela, não somos nós que a vamos alterar.-----

Pedro Mendes – Muito obrigado, senhor presidente. Renovo os votos. Senhor presidente, relativamente à toponímia, havendo um parecer pedia que ele pudesse vir na próxima assembleia, por favor. Relativamente às obras, e tendo em conta que há justificação para a prorrogação de prazo, pedia, por favor, que nos desse essa informação das obras “Alargamento e Repavimentação da Rua do Cão”, “Rua da Arrôta”, “Repavimentação da Estrada do Chão d’Além a Porto Carro”, “Cemitério de Cedrim - Arranjos Exteriores” e “Reparação de Pequenos Troços e Largos”. Mas, há uma que me chamou a atenção pela sua intervenção anterior e convinha esclarecer, que é a “Rua da Arrôta”. Eu vou dar a oportunidade do senhor presidente da Câmara nos esclarecer porque eu creio que admitiu que a culpa foi sua, que foi da Câmara Municipal e, no fundo, avançou para uma obra sem ter condições e isto, na minha opinião, é grave, ou seja, avançamos para uma obra sem termos condições financeiras ou técnicas ou legais ou de que é que quer seja. No fundo, isto é um ato de ilusionismo, é avançarmos para uma coisa, darmos ideia de que vamos fazer alguma coisa quando não temos condições para o fazer.-----

Paula Coutinho – Reitero os cumprimentos de há bocado. Só queria dizer, senhor presidente, que o senhor elencou que, efetivamente, nós elencamos uma série de obras que estavam a ser feitas, mas que adianta estar na informação escrita uma série de obras se a maior parte delas estão paradas devido a prorrogações graciosas de prazos. Devo dizer, também, que, nesta mesma informação escrita não vem mencionado o que o porquê de as obras estarem paradas ou suspensas ou os prazos foram prorrogados. Se calhar, o senhor presidente antes de enviar a informação escrita, que é assinada por si, deveria lê-la. Também dizer que isto das prorrogações são legais, tudo bem, mas devo informar, e também já foi aqui sobejamente falado, na prorrogação que a aconteceu no centro escolar de Sever do Vouga, que o mesmo foi para, se bem me lembro, e estava escrito, porque o pessoal teve de ser mobilizado para outra obra. Isto é uma prorrogação graciosa? Desde quando? A culpa não é da Câmara, a culpa é do empreiteiro. Portanto, há que ter atenção a isso. O senhor presidente também disse que as penalizações eram calculadas no final da obra, mas até à data, e há obras que já foram finalizadas, não temos o cálculo dessas penalizações diárias que já foram solicitadas diversas vezes. O senhor presidente também disse que não há dinheiro para rails, por mais importante que sejam para as pessoas e para a segurança da população. Mas, senhor presidente, se bem me lembro, também houve um saldo de gerência que transitou para o corrente ano de cerca de dois milhões, certo? Não há dinheiro ou não há vontade? Senhor presidente, e termino aqui esta pequena intervenção só para dizer que, nem tudo o que parece é. Que adianta eu ter vários carros na garagem se nenhum trabalha? Que adianta nós termos várias obras a andar se nenhuma está a funcionar? As pessoas querem trabalho e querem a execução das mesmas para poderem ter qualidade de vida.-----

Presidente da Câmara Municipal – Começo já por aí. Eu não sei se todas as pessoas querem isso. Eu sei que seria bom para algumas pessoas é que elas parassem mesmo, mas não é isso que está a acontecer, algumas delas, como disse aqui. A questão da informação, o que vem aqui à assembleia é uma informação, não é uma deliberação sobre as prorrogações ou sobre as suspensões, mas eu faço questão de integrar isso aqui na informação escrita e que venha aqui a explicação porque foram aprovadas pela Câmara. Agora, como informação, tudo bem, não há qualquer problema nisso. Eu leio a informação, Paula, e leio-a em pormenor. É evidente que, muitos dos pormenores escapam-nos ou achamos que não são importantes, há muitas coisas aqui que eu acho que são mais do que esclarecedoras, não precisam de qualquer acréscimo de informação, mas

nesse caso, não vejo problema de nas obras vir para cá quando é que foram prorrogadas e o prazo, embora o prazo penso que diz aí, não diz é qual o motivo. Relativamente à Arrôta, para o membro Pedro Mendes, a Arrôta tem um caso diferente e não foi nada disso. É um caso de hereditariedade e que criou aqui um problema jurídico com uma senhora que veio alegar ser proprietária quando nós temos uma escritura assinada pela falecida mãe e o problema está no Tribunal. Não tem a ver com qualquer esquecimento. Agora, foi para nós expropriada e paga só que quando a senhora faleceu a filha veio rogar-se herdeira daquilo e conseguiu que um dos artigos que não estava registado fosse registado em nome dela por via da herança. Já tentámos de forma pacífica de mútuo acordo e a senhora não quer, temos de tomar posse do terreno pela via da utilidade pública e é disso que estamos à espera. Ainda relativamente a Pedro Mendes, a questão da toponímia, disse que enviou ou que vai enviar? A iniciativa destas coisas parte sempre das juntas que nos vêm solicitar para alterar isto ou aquilo e, normalmente, isso vai à Câmara para aprovar porque legalmente é a Câmara que tem essa competência. Que eu saiba, nunca a Câmara vai dizer contra aquilo que vem numa proposta da Junta de Freguesia.-----

1.2 Prestação de Contas de 2020: - Foi dada uma breve explicação pelo, presidente da Câmara Municipal, sobre os documentos referentes à Prestação de Contas do ano económico de 2020, elaborados no uso da competência cometida à Câmara Municipal através da alínea i), do n.º 1, do artigo 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Seguidamente foi aberto um período para apreciação dos documentos e proposta relacionados com a Prestação de Contas de 2020.-----

Foi aberto, pelo presidente da Assembleia Municipal, um período de intervenção.-----

Tony Martins – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, senhoras e senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara e restantes membros do executivo, senhores presidentes das Juntas de Freguesia, comunicação social, minhas senhoras e meus senhores. Os documentos de Prestação de Contas refletem a imagem económico-financeira do Município. Ao longo desta legislatura, temos alertado sucessivamente para as baixas taxas de execução dos respetivos orçamentos e também nas sucessivas revisões que mais não eram do que manobras para encobrir as políticas de cativações adotadas pelo executivo camarário. Dito isto, verificamos agora que a taxa de execução centrou-se em 85,84% em 2018, 80,72% em 2019 e 86,15% em 2020, situando-se perigosamente no limiar e até abaixo dos 85%, valor este determinado pelo RFALEI – Regime financeiro das Autarquias locais e entidades intermunicipais, situação esta, diversas vezes alertada por nós nesta AM e que pode comprometer Financeiramente o futuro do município. Verificamos também que esta Legislatura (4anos) ficou centrada sobretudo pela execução do novo Centro Escolar. Uma obra que, agora podemos dizer, é um exemplo. É um exemplo do que nunca deveria acontecer, mas infelizmente aconteceu. Não porque não tivesse a bancada do PSD e Vereadores, alertado para as diversas situações durante a obra e das quais relembro: atrasos sucessivos durante o andamento da mesma, em que manifestávamos a nossas preocupações e o executivo, afirmava aqui perante nós que estava tudo bem e a decorrer na normalidade. Mas, para espanto de toda a Assembleia Municipal, a meros dois meses da data de inauguração prevista, somos surpreendidos com uma incompreensível prorrogação graciosa de um ano sem que nos fosse dado qualquer justificação válida para tal dimensão do atraso. Como se não bastasse, tivemos ainda o “episódio” da conclusão da obra, em que até hoje, não sabemos realmente qual a data de conclusão da mesma. Já agora, pergunto ao senhor presidente se já nos consegue informar da mesma ou teremos que aguardar mais uns meses? Não menos importante é a questão da derrapagem financeira e dos trabalhos a mais nessa mesma obra, que denotam bem a ligeireza e indiferença pela defesa dos interesses dos Severenses. Ao longo do tempo, esta tem sido a metodologia adotada pelo executivo pelo que não nos revemos neste tipo de gestão do bem público em que o lesado é sempre o contribuinte e por consequência, faz-nos sentir vergonha alheia. A pensar no

futuro de Sever do Vouga, após uma análise séria do documento apresentado, entendemos não estar reunidas as condições que permitam a aprovação deste documento.-----

António Dias – Obrigado, senhor presidente. Em relação à prestação de contas 2020, eu estive a analisar rubrica a rubrica, freguesia a freguesia e, mais uma vez, constato aquilo que constatei na anterior análise. Foram cativadas despesas, nomeadamente, obras que ficaram por executar para que fossem executadas algumas delas este ano, ano eleitoral. Constatou-se que a despesa corrente baixou ao invés das despesas de capital que aumentaram de tal forma que, de 2019 para 2020 houve um aumento de 53% nas despesas de capital nas despesas com o investimento da Câmara. Tantas são aquelas obras que ficaram paradas durante dois anos para serem executadas neste período pré-eleitoral. A título de exemplo, em 2019 houve um total de despesas de capital de €2 827 547,00. E em 2020, pasme-se, foram gastos em despesas de capital €4 329 531,00. Isto dá uma variação de 53%. É muita coisa. A este ritmo, se for à volta de 53%, em 2021 irá investir para aí uns dez milhões de euros. Senhor presidente, eu pergunto aqui, uma vez que estou a falar da minha freguesia e um pouco por todo o concelho, com a exceção do alcatrão, que, mais uma vez, é mais fácil perguntar o que foi executado do que o que não foi executado. As prestações de contas de 2019 que aqui referi transitaram para este ano de 2020 valores pré-eleitorais e agora, para 2021, o restante. Basta ver o saldo de gerência anterior que transitou tanto de 2019 para 2020 como de 2020 para 2021. O orçamento, como todos sabem, deve ser um plano financeiro estratégico que compreenda a previsão das receitas e despesas futuras para que a administração de um determinado ano seja realizada o mais aproximadamente possível do orçamentado. Como sabem, mais uma vez, não foi executado conforme o orçamento e, como não foi executado, é caso para dizer que este ano é que vai ser alcatrão e ganhamos as eleições. Senhor presidente, termino, por causa da minha formação, sou economista, técnico oficial de contas e, olhando para o relatório do auditor, mais uma vez, não entendo porque é que ainda não foram corrigidos, o senhor auditor aprovou as contas com reservas. Tem uma ênfase sobre o património inventariado. Ele não tem a certeza que o património que foi avaliado tenha, ou não, esse valor. Senhor presidente, aos anos que esta ênfase, ou esta reserva, aí anda, possivelmente há perto de vinte anos, ainda não tiveram tempo de ter a certeza sobre estes valores? Como sabem, se o auditor tem reservas, eu muito mais porque estou a votar aqui as contas. Por isso, senhor presidente, da minha parte, votarei contra.-----

Jorge Graça – Renovo os cumprimentos a todos na pessoa do senhor presidente da mesa e antes de passar à minha intervenção propriamente dita, vou fazer aqui duas referências. Ainda agora ouvimos acusar a Câmara de que está em pré-campanha eleitoral e o que nós vimos aqui já hoje em duas intervenções, nomeadamente numa declaração de voto, transformava-a, quase na sua totalidade, num discurso de campanha eleitoral. Vimos numa intervenção no ponto da informação escrita do senhor presidente, também mais de metade da intervenção transformada em campanha eleitoral e remeto-vos a uma intervenção que fiz na última assembleia que, eventualmente, já repeti noutras situações, definam o que é que querem e vamos definir isto de uma vez por todas. As obras feitas no primeiro ano do mandato, pela Câmara Municipal, são pagamentos de favores eleitorais. As obras feitas no último ano do mandato são obras para campanha eleitoral, para ganhar votos. Portanto, querem é que a Câmara trabalhe só dois anos, é isso? Digam-no claramente. Se é isso que querem, digam-no claramente. Já agora, outro ponto que quero esclarecer que foi aqui levantado e que não tem a ver com isto, mas faço um esclarecimento porque temos, eventualmente, alguns assistentes novos à assembleia que podem não saber disso. O senhor presidente é sempre questionado com imensas questões e depois é pressionado em relação aos tempos, o que demonstra que a maior parte dos intervenientes das bancadas da oposição o que querem é fazer perguntas para levantar suspeitas. Não têm interesse nenhum em que as mesmas sejam esclarecidas. Para isso é que o PS poupa nos seus tempos de intervenção e cede esse tempo ao senhor presidente da Câmara para responder. Postos estes esclarecimentos, vou entrar na minha intervenção propriamente dita. Em

relação à Prestação de Contas 2020, quero, como ponto de ordem, assumir que não sou técnico nem especialista na área da contabilidade, pelo que não entrarei muito em análises técnicas da prestação de contas. Estas análises técnicas deixo-as para os técnicos de contabilidade. Aliás, a análise técnica à prestação de contas 2020 já foi feita, como a lei obriga, pelos auditores externos, no caso concreto pela PALM – Pereira, Almeida, Linhares, Monteiro & Associados, SROC, Lda. Do resultado desta auditoria às contas de 2020 em apreço, passo a citar um excerto dum parágrafo do documento Certificação Legal das Contas de 2020, apresentado pelos auditores externos: “... as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município de Sever do Vouga em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)”. Portanto, neste ponto, estamos a apreciar a Prestação de Contas 2020. Contas são contas e, tendo em conta o resultado da auditoria, as contas em apreciação estão certas. Penso que ninguém terá dúvidas sobre este facto. Sem entrar, como referi anteriormente, em análises técnicas, quero, no entanto, destacar alguns aspetos muito positivos evidenciados nesta Prestação de Contas 2020, resultado da muito boa gestão do nosso executivo camarário:-----

- Diminuição dos recursos humanos da autarquia de 115 em 2019 para 114 em 2020, o que desvirtua completamente as constantes celeumas levantadas pela oposição em múltiplos momentos, no que a este assunto diz respeito.-----
- Redução das despesas com pessoal em cerca de €30 000,00. Pegando numa expressão tantas vezes utilizadas pela oposição, afinal a Câmara Municipal de Sever do Vouga não está a ser invadida nem por chefes nem sequer por índios.-----
- Taxa de execução da receita subiu quase 6 pontos percentuais em relação a 2019, situando-se acima dos 86%.-----
- Também a taxa de execução da despesa melhorou significativamente, passando de 82% em 2019 para 90,5% em 2020-----

Sobre as taxas de execução, indicadores tão queridos pela oposição, mais uma vez deram com os burrinhos na água. Não se cumpriram as vossas piores e talvez desejadas profecias de que fossem apresentadas taxas de execução muito abaixo destas. E será surpresa para alguns se vos comunicar que um dos municípios vizinhos, tantas vezes apontado pela oposição como um excelente exemplo que Sever do Vouga devia seguir, pelo facto de apresentar taxas de execução municipal inferiores a 85% em dois exercícios consecutivos, fez com que o auditor fosse obrigado a fazer uma comunicação ao governo. Estamos a falar de taxas de execução de cerca de 66% e de 58%. Que diriam se estas fossem as nossas taxas de execução? Não somos outros municípios, para o bem e para o mal. Somos Sever do Vouga, e orgulhosamente o digo. Passivo corrente de curto prazo, que já era reduzido, foi ainda mais reduzido. Por fim, mas não menos importante, um indicador que nos deve deixar a todos orgulhosos e que, com toda a certeza, será raríssimo encontrar no resto do país, falo do prazo médio de pagamento que já era muito baixo, quinze dias, e foi reduzido em nove dias, situando-se em seis dias. É, de facto, um caso excecional. São apenas alguns dos muitos e bons indicadores da apreciação desta Prestação de Contas 2020. Outra apreciação que poderá ser feita é a gestão que levou a estes resultados, que para a bancada do PS tem sido uma boa gestão, reconhecida sucessivamente pela maioria dos Severenses, mas em que as bancadas da oposição, certamente, estarão em divergência connosco em muitos aspetos. Mas, lembro que não são os aspetos de gestão que estão, neste ponto, em apreço. São as contas, e estas estão, factualmente, certas. Assim, a haver votos contra esta Prestação de Contas 2020, tal só se poderá ficar a dever a uma apreciação meramente política e não à apreciação factual destas contas certas.-----

Presidente da Câmara Municipal – Relativamente à intervenção do senhor presidente da Junta de Talhadas, não é exatamente isso que lá está. O problema que é apontado aqui várias vezes pelo auditor, tem a ver com a falta de conclusão do inventário e do

património, que andamos a fazer e a corrigir, tem muito a ver com o desconhecimento dele e das coisas que, no passado, não eram registadas, nem nós sabíamos onde elas estavam e que agora vamos vendo e vamos colocando na ordem. Esse é o trabalho que tem sido feito há uns anos e que tem uma pessoa a trabalhar nisso para além de outras áreas que ele tem e que tem feito, quanto a mim, um ótimo trabalho nessa área. Portanto, tem vindo a corrigir a inserção no património tudo aquilo que, ou estava mal inscrito ou não estava sequer inscrito. Tem a ver com terrenos, entre outras coisas. Portanto, não é uma questão de dúvidas quanto ao património. Ele tem dúvidas é se lá está todo o património e, provavelmente, não está ainda. Relativamente à intervenção de Jorge Graça, com a situação dos orçamentos, pelo tipo de observações que aqui é feito, nós só precisávamos de orçamento para dois anos, era só no primeiro ano do mandato e no último – um para fazer aquilo que se prometeu e no outro prometer para o próximo. Nos outros dois anos não era preciso fazer nada, ficávamos parados. Ora, aqui não há nada disso. Aqui há investimento permanente e eu ficaria todo contente se a próxima prestação de contas ainda desse um investimento maior do que aquele que temos tido face à pequena dimensão do nosso orçamento, nós temos uma grande fatia de investimento. Ainda relativamente à intervenção de Jorge Graça, ele diz que não é contabilista, mas eu penso que ele fez uma intervenção de um especialista.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa. Considerem-se todos cumprimentados. Nós estamos aqui a discutir as contas relativamente ao ano de 2020 e, em relação às contas, sejamos claros. Há aquilo que é julgamento técnico e há, evidentemente, um julgamento político. Não tenho a menor dúvida de que, quando estamos a falar da prestação de contas é, também, uma apreciação política, um balanço daquilo que foi o trabalho desenvolvido pela Câmara ao longo do ano de 2020. Ora, tecnicamente, esteve muito bem aqui o senhor presidente da Junta de Freguesia de Talhadas, quando falou na reserva que foi apresentada no relatório do auditor. Essa reserva é verdade e acontece em muitos municípios. Mas, essa reserva, vamos traduzir para linguagem comum, o que é que significa? Uma reserva é uma censura. É uma censura do auditor, portanto, essa censura, deveria, na nossa opinião, sendo recorrente ao longo dos anos, que a Câmara tivesse tomado as medidas devidas para, em termos de património, pusesse as coisas nos eixos. E aquilo que nós vemos é que nada foi feito, aliás, ainda há pouco analisámos a informação escrita e, sobre isto, zero. Nem uma linha. Aliás, na informação escrita ficámos é a saber que, nomeadamente, na Rua da Arrôta, se ia avançar com uma obra num terreno que a Câmara, se calhar, julgava que era seu, que afinal não é seu, e isso significa custos para todos nós. Significa que a obra não pôde avançar exatamente porque a Câmara não tem isto em condições e vamos ver se, no fundo, às vezes não acaba por se pagar duas vezes um terreno porque não se tem o inventário devidamente feito. Depois, em termos de avaliação política, é bom termos presente o seguinte: quando fazemos a análise das contas, essa avaliação é feita no final, depois das alterações orçamentais todas. Seria interessante, eu diria até divertido, se comparássemos aquilo que é a execução do final do ano e as contas com aquilo que era o orçamento original, com aquilo que era a promessa original que foi feita. E aí, senhor presidente da Câmara, tenho-lhe a dizer que o juízo político só pode ser profundamente negativo. Aquilo que se passou na construção da escola é absolutamente escandaloso. Os atrasos, as prorrogações graciosas com perdão de multas que os senhores fizeram são, no nosso ponto de vista, merecedores de censura. Em relação a estas contas, é bom lembrar que nós estamos a falar de um orçamento que foi aprovado tendo sido negociado com a oposição e já aqui tivemos oportunidade de saudar o facto de ter sido consagrada aquilo que era uma proposta do CDS do transporte escolar gratuito até ao 12º ano, mas tenho a dizer-lhe, senhor presidente, que infelizmente essa foi a única e aquilo que nós negociámos, para além disso, como outros negociaram neste orçamento, foi a execução de determinadas obras que o senhor presidente se comprometeu fazer. Aliás, foi por isso que negociámos esse orçamento e aquilo que nós verificamos olhando para a execução do orçamento, é que

não as fizeram. Não cumpriram. E, ainda se dissessem que eram obras que demoravam tempo e que não eram possível fazer só num ano e teria que prolongar-se para este ano, nós até poderíamos dar o benefício da dúvida. Só que, vemos a informação escrita e aquilo que nós constatamos é que essas obras voltam a ter prorrogações de prazo inexplicáveis, ou inexplicadas à Assembleia Municipal. Essas prorrogações, para serem feitas graciosamente significa que o responsável é a Câmara, é o senhor presidente da Câmara, é a maioria, e não havendo essas explicações, estes atrasos, estas suspensões, esta ilusão que é feita e os perdões de multas aos empreiteiros, aquilo que é o balanço que nós fazemos, neste momento, e face, até, à informação escrita que nos trouxe aqui hoje, suspendendo uma série de obras que estavam acordadas que seriam feitas, significa que o senhor faltou à palavra que nos deu relativamente ao orçamento de 2020, portanto, o senhor presidente bem pode falar da taxa de cobrança ou a cobrar, agora a fazer aquilo que acertou connosco, combinou connosco, está quieto. E isso leva a que, obviamente, estas contas sejam merecedoras de uma censura política da parte do CDS.-----

António Dias – Obrigado, senhor presidente. Mais uma vez, sintam-se cumprimentados. Há pouco, houve aqui uma intervenção sobre o que eu disse e foi aqui dito uma citação sobre a avaliação do auditor à prestação de contas sobre as reservas, mas não foi dito o essencial. É que, no início do texto citado, diz assim: “*Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos descritos no primeiro parágrafo da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município de Sever do Vouga em 31 de dezembro de 2020*”. Atenção, é necessário ler tudo, diz aqui “*em nossa opinião, exceto aos possíveis efeitos descritos no primeiro parágrafo*”. Significa que eles votaram a favor, mas com esta ressalva, não é vir para aqui ler metade do texto e não ler tudo. Aconselham que leiam tudo. Outra coisa, houve aqui uma intervenção sobre mim e a pessoa, possivelmente, é a mesma que, quando os transportes escolares foram e passaram a ser gratuitos, uma vez que a Junta de Freguesia de Talhadas foi pioneira e assumiu, cumpriu e “obrigou” a Câmara a suportar, houve alguém da bancada do PS que veio aqui dizer que era quase obrigação dos encarregados de educação suportarem as despesas com os transportes. Isto está escrito em ata. Se calhar, possivelmente, são os mesmos que agora defendem que a Câmara se calhar não deve suportar os custos com os médicos.-----

Presidente da Câmara Municipal – Não quero acrescentar nada. Esta última interpretação foi vista aqui. Foi isso que eu falei sobre as reservas do património e toda a gente percebeu isso.-----

Jorge Graça – Renovo os cumprimentos a todos na pessoa do senhor presidente da mesa. Só um ponto prévio – eu segui exatamente o critério do senhor presidente da Junta de Talhadas. Ele também não leu o documento todo. O documento tem três páginas e eu citei aquilo que eu acho que é interessante e que confirma que as contas estão certas. Nesse aspeto, é o que eu queria esclarecer. Em segundo lugar e em relação à bancada do CDS, acho que se devem coordenar ou sincronizar porque vemos aqui uma intervenção no sentido de dizer que o investimento subiu 53%, se não me falha a memória, a criticarem, e depois vemos alguém a dizer que, afinal, as obras estão todas paradas e que não se investiu nada. Há aqui alguma discordância dentro da vossa própria bancada.-----

O **presidente da Assembleia Municipal** colocou este ponto à votação, tendo o órgão deliberativo aprovado, por maioria, os documentos da prestação de contas de 2020, tendo sido obtido o resultado seguinte:-----

Treze votos a favor – Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cesário Martins, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Uma abstenção – António Cruz.-----

Treze votos contra – António Monteiro, António Dias, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Verificando-se um empate na votação, foi usado o voto de qualidade pelo presidente da Assembleia Municipal de acordo com o previsto no regimento, pelo que, foram aprovados por maioria os documentos da prestação de contas de 2020.-----

1.3 Inventário e Cadastro em 31/12/2020: - Foi dado conhecimento ao órgão deliberativo dos bens que constam no inventário do ativo patrimonial deste município. A Assembleia Municipal apreciou o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, como determina a alínea l), do n.º 1, do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Foi aberto, pelo presidente da Assembleia Municipal, um período de intervenção.-----

Paulo Lourenço – Senhor presidente da mesa e restantes membros, senhor presidente da Câmara, senhora vereadora e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta, entidades e público. Eu não vou alongar, já têm sido uns debates muito longos, é só uma coisa muito simples, até porque, o cadastro e inventário já foi falado, já veio uma vez sem documentação, hoje já traz um cardápio enorme que a gente não sabe se aquilo está ou não está, levanta dúvidas ou não levanta, por isso eu vou fazer uma questão muito simples e direta de resposta sim ou não. O senhor presidente pode garantir que tudo que ali está é cem por cento verdade?-----

Presidente da Câmara Municipal – É óbvio que eu acredito nisso, acredito nos meus técnicos e quem elaborou isso. Claro que tudo o que aí está é verdade, sem dúvida.-----

1.4 Mapa de Pessoal de 2021 – 2ª Alteração: - Considerando a alteração que se pretende fazer no Gabinete de Contratação Pública, a Câmara Municipal apresentou uma proposta de alteração ao Mapa de Pessoal 2021 para a criação de um posto de trabalho para um Assistente Técnico.-----

Analisada a proposta e documentação anexa, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, a segunda alteração ao Mapa de Pessoal 2021, para a criação de um posto de trabalho para um Assistente Técnico.-----

Catorze votos a favor – António Cruz, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cesário Martins, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Nove abstenções – Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Quatro votos contra – António Monteiro, António Dias, Edite Rodrigues e Pedro Mendes.-----

1.5 Financiamento Reembolsável de €250 000 para a Gestão de Combustíveis – Pedido de Autorização: - O presidente da Câmara Municipal apresentou a proposta aprovada pela Câmara Municipal, a solicitar à Assembleia Municipal a autorização necessária para a apresentação de candidatura, no valor de €250 000,00, e, celebração de um contrato, com a DGAL, de financiamento reembolsável, criado através do Decreto-Lei n.º 22/2018, de 10 de abril, destinado a financiar as despesas com redes secundárias de faixas de gestão de combustível, prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 148.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, para execução das obrigações dos municípios constantes do artigo 153.º da mesma lei.-----

Foi concedido um período de intervenção, tendo sido registadas as seguintes:-----

Elmano Silva – Muito boa noite. Senhor presidente da mesa, restantes elementos, senhor presidente da Câmara, senhora vereadora e restantes vereadores, senhores presidentes de Junta, senhores deputados, público em geral, comunicação social e técnicos que estão a levar para muitas pessoas esta Assembleia Municipal, os meus cumprimentos. De acordo com o Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, a gestão de combustível tem como principal função a diminuição da superfície percorrida por grandes incêndios, permitindo e facilitando uma intervenção direta de combate ao fogo e a redução dos efeitos da passagem

dos incêndios. O Estado e os organismos públicos devem ser o exemplo nesta matéria. Isto porque a gestão dos combustíveis junto às vias públicas pode evitar tragédias, como as que aconteceram em junho e outubro de 2017, no nosso país. A gestão obrigatória de combustíveis passa pela redução de material vegetal e lenhoso nos espaços rurais, de modo a evitar a ignição e a dificultar a propagação do fogo. As preocupações devem incidir em volta de aglomerados populacionais, infraestruturas e equipamentos sociais, parques industriais, plataformas de logística e aterros ou plataformas de receção de lixo, assim como as estradas municipais. Perante estes dados, questionamos o senhor presidente da Câmara se, com este financiamento, estão garantidas as linhas de orientação descritas e se estão assegurados a remoção do material sobranter e qual o seu destino. E, já que falamos nisto, o que é feito da máquina ou das máquinas adquiridas pelo município para desfazer sobranter? Estão em funcionamento e ser utilizadas devidamente? É importante mantermos as infraestruturas do nosso concelho devidamente limpas e com faixas de combustível asseguradas, pois os cenários meteorológicos e da configuração dos terrenos nada abonam favoravelmente às nossas populações. O nosso voto será favorável, pois entendemos que se trata de uma matéria particularmente importante na defesa das populações e dos seus bens.-----

Presidente da Câmara Municipal – As máquinas estão a trabalhar e bem. Ultimamente temos andado a trabalhar com elas junto à Ponte do Poço de Santiago a destroçar todo o resto de material que foi lá cortado.-----

Colocado este ponto à votação, foi deliberado o seguinte:-----

De acordo com o previsto na alínea f) do n.º 1 do art.º 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, autorizar a Câmara Municipal a submeter candidatura e celebrar contrato de financiamento reembolsável, com a DGAL, através da linha de crédito para financiamento das despesas com redes secundárias de faixas de gestão de combustível, prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 148.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, para execução das obrigações dos municípios constantes do artigo 153.º da mesma lei, cuja linha de crédito foi criada pelo Decreto-Lei n.º 22/2018, de 10 de abril.-----

Vinte e três votos a favor – António Cruz, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cesário Martins, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Renata Marques e Tony Martins.-----

Quatro abstenções – António Dias, António Monteiro, Pedro Mendes e Sérgio Silva.-----

1.6 Júri dos Concursos para Dirigentes de 3º Grau – Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico:

- No seguimento da aprovação da abertura de um procedimento concursal com vista ao recrutamento de um Dirigente de 3º Grau – Chefe de Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico, em reunião de Câmara de 23 de junho de 2021, o presidente da Câmara Municipal apresentou proposta à Assembleia Municipal para a designação do respetivo júri, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.-----

Foi aberto, pelo presidente da Assembleia Municipal, um período de intervenção.-----

Diana Paiva – Na última sessão aprovamos a transferência de competências da ação social para o município. Neste momento temos em cima da mesa a constituição de júri para preencher lugares destinados ao cumprimentos dessa competência. Ora, senhor presidente, sabemos que já existem em Sever do Vouga muitas assistentes sociais, com trabalho profundo e conhecedor da realidade Severense quanto a carências sociais. Pensamos que será de todo benéfico, reunir com essas mesmas assistentes sociais, com as IPSS onde as mesmas se encontram integradas trazê-las para o gabinete a criar, por muito do trabalho a fazer já se encontrar implementado no terreno por essas mesmas assistentes sociais.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da Assembleia Municipal. Minhas senhoras e meus senhores, reitero os cumprimentos. Em relação a estes pontos,

queira chamar a atenção para aquilo que tem sido uma preocupação do CDS quando discutimos aquilo que é o modo como a Câmara pretende reorganizar o seu quadro de pessoal, aliás, como tem vindo a avançar. Tivemos ocasião de analisar esse quadro de pessoal e, na altura, a única descrição que nos parece razoável fazer é que essa estrutura orgânica prevê a contratação de mais chefes e uma Câmara que passa a ter mais chefes do que índios, desculpem a expressão. E, aquilo que nós temos aqui hoje são júris para dirigentes e não deixa, para nós, de ser significativo que nós estamos muito pouco tempo do final do mandato, o que significa que dificilmente estes concursos estarão prontos antes, pelo que, eu até diria que a humildade democrática deveria levar esta maioria a aguardar pelas eleições e, então, sim, depois decidir como é que, quem ganhar as eleições, quer organizar a Câmara e quer depois fazer os concursos e ter os dirigentes que concorram a essas mesmas vagas porque, com esta proximidade de eleições, aquilo que nos deixa preocupados porque, infelizmente, é uma prática muito comum que haja certos lugares que sejam usados em termos eleitorais. Não podemos deixar de reiterar a nossa preocupação e de dizer que a nossa exigência é superior em matéria daquilo que devem ser os calendários deste tipo de concursos e de contratações, e a humildade de quem vai a votos, admitindo que se candidate, é de esperar que o povo vote, o povo decida e, então, sim, organiza o próximo mandato. Agora, no final do mandato é que os senhores avançam com isto? O que é que andaram a fazer ao longo de quatro anos? Não eram precisos antes? Ou continuaram de braços cruzados, como sempre, e só no final é que fazem alguma coisa? Senhor presidente, isto serve para prometer a mesma coisa a vários e depois dos votos, no máximo, dá para um? Sabemos muito bem como é que estas coisas são feitas e censuramos, como é óbvio.-----

Presidente da Câmara Municipal – Não estamos aqui a aprovar reorganização nenhuma porque essa já está aprovada. Hoje, estamos a propor a aprovação destes júris Essa reorganização está feita e aprovada. O que vem hoje é apenas a designação dos júris, não é qualquer tipo de reorganização, nem andamos a fazer reorganizações todos os anos, venha quem vier não vai, de certeza, daqui a uns meses, alterar toda a organização da estrutura. A reorganização foi para estruturar os serviços da Câmara como eles deviam ser e que não estavam estruturados devidamente. Depois, tudo isso é completar o processo faseadamente. Foi o que eu disse aqui, na altura. Isso não é tudo a correr. Quando veio com a história dos índios, não é assim. A prova é que nós prestamos as contas há bocado e verificou que até tivemos uma pessoa a menos do que no ano passado, no quadro de pessoal todo. É conforme nós queremos estabelecer a tal reorganização que pretendíamos para melhorar os serviços, sem dúvida nenhuma. Volto a dizer, o que vem aqui são cinco júris para serviços que já faziam parte da reorganização aprovada.-----

O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a designação do júri para o procedimento concursal com vista ao recrutamento de um Dirigente de 3º Grau – Chefe de Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico, composto pelos seguintes elementos:-----

– Presidente:-----
Dr. Luis Figueiredo Martins, Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Sever do Vouga.-----

– Vogais efetivos:-----
1º Vogal efetivo – Sandra Cristina Martins de Figueiredo, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha;-----
2º Vogal efetivo – Graciela Henriques Bastos Figueiredo, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Sever do Vouga.-----

– Vogais suplentes:-----
1º Vogal suplente – Fernando Marques de Sá Marinheiro, Chefe de Divisão da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal de Sever do Vouga.-----
2º Vogal suplente – Paula Maria Ferreira Alves, Chefe da Unidade de Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Ovar.-----

Catorze votos a favor – António Cruz, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cesário Martins, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Nove abstenções – Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço e Tony Martins.-----

Quatro votos contra – António Monteiro, António Dias, Pedro Mendes e Sérgio Silva.----

1.7 Júri dos Concursos para Dirigentes de 3º Grau – Gabinete de Contratação Pública: -

No seguimento da aprovação da abertura de um procedimento concursal com vista ao recrutamento de um Dirigente de 3º Grau – Chefe de Gabinete de Contratação Pública, em reunião de Câmara de 23 de junho de 2021, o presidente da Câmara Municipal apresentou proposta à Assembleia Municipal para a designação do respetivo júri, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.-----

O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a designação do júri para o procedimento concursal com vista ao recrutamento de um Dirigente de 3º Grau – Chefe de Gabinete de Contratação Pública, composto pelos seguintes elementos:-----

– **Presidente:**-----
Carla Alexandra Gonçalves Almeida, Chefe de Divisão Económica e Financeira da Câmara Municipal de Estarreja.-----

– **Vogais efetivos:**-----
1º Vogal efetivo – Fernando Marques de Sá Marinheiro, Chefe de Divisão da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal de Sever do Vouga;-----
2º Vogal efetivo – Graciela Henriques Bastos Figueiredo, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Sever do Vouga.-----

– **Vogais suplentes:**-----
1º Vogal suplente – Paula Maria Ferreira Alves, Chefe da Unidade de Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Ovar.-----
2º Vogal suplente – Sandra Cristina Martins de Figueiredo, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha;-----

Catorze votos a favor – António Cruz, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cesário Martins, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Nove abstenções – Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço e Tony Martins.-----

Quatro votos contra – António Monteiro, António Dias, Pedro Mendes e Sérgio Silva.----

1.8 Júri dos Concursos para Dirigentes de 3º Grau – Gabinete de Topografia e Desenho: -

No seguimento da aprovação da abertura de um procedimento concursal com vista ao recrutamento de um Dirigente de 3º Grau – Chefe de Gabinete de Topografia e Desenho, em reunião de Câmara de 23 de junho de 2021, o presidente da Câmara Municipal apresentou proposta à Assembleia Municipal para a designação do respetivo júri, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.-----

O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a designação do júri para o procedimento concursal com vista ao recrutamento de um Dirigente de 3º Grau – Chefe de Gabinete de Topografia e Desenho, composto pelos seguintes elementos:-----

– **Presidente:**-----
Fernando Marques de Sá Marinheiro, Chefe de Divisão da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal de Sever do Vouga.-----

– **Vogais efetivos:**-----
1º Vogal efetivo – Dr. Luis Figueiredo Martins, Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Sever do Vouga;-----
2º Vogal efetivo – Graciela Henriques Bastos Figueiredo, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Sever do Vouga.-----

– **Vogais suplentes:**-----

1º Vogal suplente – Sandra Cristina Martins de Figueiredo, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha;-----

2º Vogal suplente – Paula Maria Ferreira Alves, Chefe da Unidade de Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Ovar.-----

Catorze votos a favor – António Cruz, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cesário Martins, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Nove abstenções – Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço e Tony Martins.-----

Quatro votos contra – António Monteiro, António Dias, Pedro Mendes e Sérgio Silva.----

1.9 Júri dos Concursos para Dirigentes de 3º Grau – Gabinete de Ação Social e Saúde: -

No seguimento da aprovação da abertura de um procedimento concursal com vista ao recrutamento de um Dirigente de 3º Grau – Chefe de Gabinete de Ação Social e Saúde, em reunião de Câmara de 23 de junho de 2021, o presidente da Câmara Municipal apresentou proposta à Assembleia Municipal para a designação do respetivo júri, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.-----

O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a designação do júri para o procedimento concursal com vista ao recrutamento de um Dirigente de 3º Grau – Chefe de Gabinete de Ação Social e Saúde, composto pelos seguintes elementos:-----

– Presidente:-----
Graciela Henriques Bastos Figueiredo, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Sever do Vouga.-----

– Vogais efetivos:-----

1º Vogal efetivo – Sandra Cristina Martins de Figueiredo, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha;-----

2º Vogal efetivo – Fernando Marques de Sá Marinheiro, Chefe de Divisão da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal de Sever do Vouga.-----

– Vogais suplentes:-----

1º Vogal suplente – Paula Maria Ferreira Alves, Chefe da Unidade de Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Ovar.-----

2º Vogal suplente – Carla Alexandra Gonçalves Almeida, Chefe de Divisão Económica e Financeira da Câmara Municipal de Estarreja.-----

Catorze votos a favor – António Cruz, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cesário Martins, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Nove abstenções – Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço e Tony Martins.-----

Quatro votos contra – António Monteiro, António Dias, Pedro Mendes e Sérgio Silva.----

1.10 Júri dos Concursos para Dirigentes de 3º Grau – Gabinete do CAE: -

No seguimento da aprovação da abertura de um procedimento concursal com vista ao recrutamento de um Dirigente de 3º Grau – Chefe de Gabinete do CAE, em reunião de Câmara de 23 de junho de 2021, o presidente da Câmara Municipal apresentou proposta à Assembleia Municipal para a designação do respetivo júri, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.-----

O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a designação do júri para o procedimento concursal com vista ao recrutamento de um Dirigente de 3º Grau – Chefe de Gabinete do CAE, composto pelos seguintes elementos:-----

– Presidente:-----
Dr. Luis Figueiredo Martins, Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal de Sever do Vouga;-----

– Vogais efetivos:-----

1º Vogal efetivo – Graciela Henriques Bastos Figueiredo, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Social da Câmara Municipal de Sever do Vouga;-----

2º Vogal efetivo – Sandra Cristina Martins de Figueiredo, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha.-----

– Vogais suplentes:-----

1º Vogal suplente – Fernando Marques de Sá Marinheiro, Chefe de Divisão da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal de Sever do Vouga;-----

2º Vogal suplente – Paula Maria Ferreira Alves, Chefe da Unidade de Empreendedorismo e Desenvolvimento Económico da Câmara Municipal de Ovar.-----

Catorze votos a favor – António Cruz, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cesário Martins, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Nove abstenções – Cipriano Nogueira, Custódio Lima, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço e Tony Martins.-----

Quatro votos contra – António Monteiro, António Dias, Pedro Mendes e Sérgio Silva.----

1.11 Freguesia de Rocas do Vouga – Transferência de Competências: - Considerando que, a transferência de competências começou com a realização de uma reunião para discussão da segunda proposta do Orçamento Municipal para 2021, onde foi discutida e apresentada uma proposta comum para a transferência de recursos nos termos do artigo 5º e que, nos órgãos da Freguesia de Rocas do Vouga, foram aprovadas as propostas das transferências de competências para:-----

- a) A gestão e manutenção de espaços verdes;-----
- b) A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros (incluindo a limpeza dos percursos pedonais denominados por PR das freguesias que os possuem);-----
- c) A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;-----
- d) A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;-----
- e) A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico.-----

A Câmara Municipal apresentou proposta Assembleia Municipal para a transferência das competências acima indicadas, tornando-se exequível o que se encontra previsto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, e, Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, conjugados com o previsto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25º e alínea ccc) do artigo 33º ambos do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tomando efeitos desde 01 de janeiro de 2021, à Freguesia de Rocas do Vouga por estar a freguesia a realizar aquelas competências desde aquela data.-----

Foi aberto, pelo presidente da Assembleia Municipal, um período de intervenção.-----

Diana Paiva – Renovo os meus cumprimentos. Senhor presidente da Câmara Municipal, em tom de brincadeira esta semana disse que achava que estava a perder as minhas capacidades intelectuais, e, quando me deparei com este ponto quase que ia confirmar essa situação. Afinal, o que vamos aprovar? Onde está o documento de caderno de encargos, a minuta do contrato e as decisões dos órgãos de freguesia? Não temos cá nada. Vai-me desculpar, mas sem documentos que demonstrem as situações, não podemos, em consciência, tomar qualquer deliberação. Penso que, estando incompleta a informação, não podemos votar este ponto. O senhor presidente disse que faltou completar na última assembleia, na atual também só temos isto. Nenhum documento mais. Além disso, estes acordos pressupunham a apresentação de relatórios de execução e, senhor presidente, há meses que nenhum nos é apresentado. Então a Câmara agora não quer saber? Se não os exigirem às juntas de freguesia os mesmos não são apresentados. E vossa responsabilidade exigir os documentos.-----

Pedro Mendes – Senhor presidente e restantes membros. A minha intervenção é muito curta e muito direta. No fundo, concordando com aquilo que acaba de ser dito, faria aqui uma questão ao senhor presidente da Câmara. Eu creio que já não é a primeira vez que este assunto vem à Assembleia Municipal e, no fundo, reforçava aqui a minha preocupação

e a preocupação da bancada do CDS com esta ausência de documentação de suporte para que nós possamos tomar em consciência uma decisão concreta sobre este tema.-----

Tony Martins – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal. Considerem-se todos cumprimentados. Na sequência da exposição da minha colega Diana Paiva, julgo que estão reunidas as condições para pedir que este ponto seja retirado da agenda porque não temos os documentos para votar.-----

António Monteiro – Senhor presidente da mesa, uma vez que esta documentação não foi distribuída, aliás, eu relembro que esta proposta já havia sido adiada anteriormente exatamente por falta de documentos, nomeadamente a deliberação dos órgãos da Freguesia de Rocas do Vouga, eu não estou a ver o senhor presidente da Junta, admito que poderá haver condições suspendendo-se a reunião para que sejam consultados os documentos ou se houver condições para fotocopiar rapidamente e distribuir, que, uma vez analisados estes documentos, depois possam dizer se estão em condições, ou não, de votar. Se não, terá que se adiar, novamente, até porque o anterior adiamento também já tinha sido por falta de documentos. Queríamos dar essa hipótese de, se os partidos estiverem de acordo, seja feita a distribuição e que, depois da análise, os partidos possam dizer se estão em condições de votar ou não.-----

Presidente da Câmara Municipal – Eu ia sugerir exatamente que suspendêssemos aqui uns minutos para distribuir os documentos em falta para os senhores membros da Assembleia Municipal analisarem.-----

A pedido do **Presidente da Assembleia Municipal**, a documentação em falta foi fotocopiada e distribuída pelos membros da Assembleia Municipal para análise.-----

António Monteiro – Muito obrigado, senhor presidente da mesa. Minhas senhoras e meus senhores. Ainda bem que, de acordo com a sugestão do CDS, foi possível distribuir os documentos e ultrapassar esta dificuldade. Por parte do CDS, e consultei a minha bancada, ninguém se opõe, até porque, como o senhor presidente da mesa sabe, basta que haja uma pessoa que se oponha que a matéria não poderia ser levada à discussão e votação. Da nossa parte, também fica a declaração de que não nos opomos.-----

O Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação este ponto.-----

O órgão deliberativo aprovou, por unanimidade, a transferência das seguintes competências:-----

- a) A gestão e manutenção de espaços verdes;-----
- b) A limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros (incluindo a limpeza dos percursos pedonais denominados por PR das freguesias que os possuem);-----
- c) A manutenção, reparação e substituição do mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;-----
- d) A realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;-----
- e) A manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;-----

1.12 Segunda Alteração Modificativa ao Orçamento Municipal de 2021: - No uso da competência dada através da alínea a), do ponto 8.3.1.3, e alínea b), do ponto 3.3, ambas do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, nova redação dada através do Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, foi elaborada e apresentada a 2ª Modificação Orçamental, com anulações na receita e na despesa no valor de €600 000,00 (seiscentos mil euros).-----

Foi aberto, pelo presidente da Assembleia Municipal, um período de intervenção.-----

Tony Martins – Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, na sua pessoa, cumprimento a todos os presentes. É do conhecimento público que defendemos desde sempre que sejam evitadas as alterações modificativas ao orçamento do Município, esta opção iria exigir um maior rigor, transparência e objetividade ao exercício do executivo na gestão do Município. No entanto, salvaguardamos que podem existir situações pontuais que o justifiquem e tornem

imperativo a utilização desta opção. Ao analisar este documento, registamos que esta Acção irá servir para diversas rubricas entre as quais destacamos as seguintes: Transferência de apoios para instituições sem fins lucrativos (Vulgo Associações) as quais temos sempre defendido o seu apoio. Destacamos ainda a transferência do reforço de verbas para as freguesias que tanto temos aqui reivindicado e defendido e que irão permitir uma maior gestão e autonomia financeira das Freguesias. No entanto registamos ainda um reforço das rúbricas de despesas na administração Municipal e rubrica Outros Serviços-Outros, que nos é impossível de qualificar pois nada mais nos é esclarecido. Julgamos que, em nome da transparência e da boa gestão, tais rúbricas deveriam ser justificadas e descritas. Perguntamos ainda, por que motivo, e após todos os incidentes relacionados com o sector da saúde, não se identifica qualquer tipo de ação ou reforço de verba destinadas à Saúde do Concelho? Parece que o executivo faz questão de ignorar completamente a realidade do concelho e as dificuldades dos seus munícipes no apoio à saúde. Sinceramente, esperávamos mais deste documento, que não vai ao encontro das reais necessidades dos Severenses.-----

António Dias – Obrigado, senhor presidente. Sintam-se cumprimentados. Em relação ao ponto anterior, sendo eu presidente de uma Junta de Freguesia, e sei o que é gerir uma Junta de Freguesia, a Junta de Freguesia de Rocas, como é óbvio, não tem culpa da documentação ainda não ter sido enviada e, por conseguinte, uma vez que são receitas de transferências de competências da Câmara para a Junta de Freguesia, da minha parte e de todos, julgo que deveremos ter alguma flexibilidade e se os documentos chegarem assim seguirá para aprovação. Em relação a este ponto, senhor presidente da Câmara, eu quando vi uma retificação do orçamento, julguei que seria para a área da saúde, para os tais apoios à contratação de médicos. Infelizmente, assim não foi. Espero haver outra que seja, no fundo, para ter alguma cabimentação para este tipo de despesas.-----

Presidente da Câmara Municipal – Para a saúde eu até vejo aí uma elencada que eu já falei aqui, ou a aquisição de desfibriladores não tem a ver com saúde? É um equipamento para a saúde. Mas, na aquisição de serviços, há aí um ponto que reforça a aquisição de serviços, uma possível aquisição de serviços entra para aí, como é óbvio. Nós, neste momento, não sabemos como é que vai ser o reforço e como é que vão ser colocados os médicos ou o reforço dos médicos, mas há aqui uma rubrica que foi reforçada agora que é aquisição de serviços. Portanto, se isso vier a vir por aí já está reforçada. Não percebo tanta dúvida em relação a isso. Não é preciso que aqui esteja especificamente, eu até acabei por dizer no início do debate que há câmaras que o fazem por essa via, pela aquisição de serviços.-----

Colocado este ponto à votação, a Assembleia Municipal aprovou, por maioria, a 2ª Alteração Modificativa.-----

Quinze votos a favor – António Cruz, Beatriz Soares, Belmiro Marques, Carlos Tavares, Cesário Martins, Custódio Lima, David Alves, Iolanda Matos, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Doze abstenções – António Monteiro, António Dias, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

-----**Período destinado ao público**-----

Joaquim Carvalho Almeida – Venho representar os regantes do regadio da Póvoa do Meio. Vou falar em nome deles e pedir ao senhor presidente da Câmara para ver se resolve o nosso problema porque também é da Câmara e é nosso. O regadio não funciona e temos problemas para regar. Estamos a tentar fazer muitas diligências para poder pôr a agricultura a funcionar, mas não funciona. Pessoas que viveram uma vida na agricultura, criaram sete filhos e hoje querem regar e não podem. É um problema da Câmara porque a avaria é numa conduta da Câmara que serve do regadio e serve de águas públicas. Por isso mesmo, queria pedir, em nome dos moradores e dos que regam para ver se resolvem o problema porque já há muito tempo que está por resolver e, até agora, nada foi resolvido.

Queria que o senhor presidente da Câmara dissesse se vai arranjar ou se não arranja. É uma caixa que não funciona, em frente à padaria, atrás do museu, uma conduta em que o cano alacou e não deixa passar a água. Está no muro da Câmara, prejudicando a própria Câmara. Eu agradecia que tomassem algumas providências. Sim ou não, porque nós não podemos mexer. Se fosse em terreno particular, nós resolvíamos, mas são terrenos da Câmara e não podemos mexer. Muito obrigado.-----

Elga Silva – Sou representante dos Silvaescurenses e o que me traz aqui é o encerramento, provisório ou não, da Extensão de Saúde de Silva Escura. Excelentíssimos senhores, boa noite. Senhor presidente da Assembleia, restante mesa, senhor presidente, senhores vereadores, senhores jornalistas, senhores deputados municipais, convidados e, pelos vistos, hoje, pessoas que estão em casa, concidadãos. Em primeiro lugar, pretendo, perante esta Assembleia, manifestar que é a terceira vez que me encontro perante este executivo e a segunda perante vós, abordando o tema do encerramento da Extensão de Saúde de Silva Escura. Convém, desde já, para não se cair em situações falaciosas do momento, informar que, muitas as vezes, que estive perante este executivo a abordar temas desde o encerramento de escolas, animais errantes, saneamento e a sua localização, extinção de urgências na Unidade de Saúde de Sever do Vouga, isto já em 2017, como bem se devem lembrar que nos encontrámos nas portas da Assembleia da República para entregar o abaixo-assinado na altura, e quero deixar bem claro que o meu envolvimento nas diversas situações na comunidade não são de hoje nem de ontem. Mas, voltando ao tema que nos trouxe, porque estão aqui também pessoas de Silva Escura, a esta Assembleia. Na reunião do executivo do dia 9 de setembro de 2020, perante a minha questão sobre o encerramento, nessa altura hipotético e futuro, da Extensão de Saúde de Silva Escura, foi-me respondido pelo senhor presidente: *“Relativamente ao posto médico de Silva Escura, disse existir uma garantia que o mesmo não será encerrado por ser a unidade com mais utentes do concelho. Mais informou que o ACeS está a concluir um processo de concurso para a contratação de dois médicos e que um deles era para colmatar a falha do médico daquela unidade aquando da sua reforma. Sobre a reposição dos horários do centro de saúde, disse ter sido informado pelo diretor do ACeS de que se trata de uma questão de gestão interna daquela unidade”*. Foi esta a resposta que obtivemos, na altura, e quisemos, como é lógico, aceitar de forma plena. Entretanto, caso não saibam, a Extensão de Saúde de Silva Escura esta encerrada. Eu ouvi bem o senhor presidente na primeira parte, ouvi a abordagem que foi dada e a justificação e quero, como Silvaescurense, acreditar na resposta e na informação dada pelo senhor presidente, mas tal não impede que eu venha, em meu nome que sou Silvaescurense e dos restantes Silvaescurenses, alertar o senhor presidente e esta Assembleia que o encerramento da extensão de saúde não se deve, exclusivamente, à falta de médico a ser colocado. Ora, vejamos, a população, ou os utentes, continuam a ser “convidados” para se inscreverem no centro de saúde de Sever do Vouga caso pretendam ter médico de família. Reitero que este “convite” foi feito por ordem do ACeS pré-anuncia o esvaziamento de utentes da referida extensão de saúde. Se fosse claro o encerramento só por carência de médico, jamais os utentes seriam “convidados” a alterarem o seu local de inscrição, digo eu e dizem todos os Silvaescurenses. Onde é que anda a nossa enfermeira de família? Quem é que está a fazer os controlos de rotina aos nossos utentes? Quem está a fazer os controlos aos doentes crónicos e o seu acompanhamento? Quem faz cumprir o plano nacional de vacinação? Quem é que está a controlar as glicémias e as diversas continuidades no tratamento de uma série de patologias que existem? Deixemos de ser inocentes e de desculpas. Os Silvaescurenses não aceitam a falta de médico como justificação do encerramento da extensão de saúde, pois, se essa fosse a vontade, outros serviços continuariam a ser prestados nem que fosse de uma forma menos contínua e alternado nos dias da semana. Questionamos porque é que não é destacado um médico do centro de saúde de Sever do Vouga, um dia por semana, por exemplo, para se deslocar à extensão de saúde de Silva Escura que não tem médico. Isto é uma questão relacionada com a gestão interna da

própria unidade de saúde. Quando havia médico de família em Silva Escura, este deslocava-se ao centro de saúde de Sever do Vouga, uma vez por semana, para consultar os seus próprios pacientes de Silva Escura. As pessoas que tinham carro deslocavam-se de Silva Escura a Sever do Vouga para terem a sua consulta e isso acontecia com outros médicos e isso tem a ver com a gestão da unidade de saúde. O que eu quero dizer com isto é - porque é que agora não se faz o inverso? Porque é que agora não vai um médico, a gestão da unidade de saúde não faz com que um médico se desloque à extensão de saúde de Silva Escura para que aconteça o inverso, para que a população, principalmente a mais carenciada e que não tem possibilidade, tenha um médico de fácil acesso. Isto trata-se sempre de gestão interna da unidade de saúde. O que sempre ouvi dizer é que o município, como um todo, tem força. Vimos, por isso, pedir mais força. Vimos solicitar mais força de vontade. Que os contactos efetuados de forma amigável se tornem contactos profissionais para a manutenção dos serviços primários de saúde para que estes sejam mantidos junto da população. Quem fica afastado dos serviços de saúde são os mais idosos, os mais vulneráveis, os que não têm transporte e não se conseguem deslocar. Reitero a ausência de médico de família não é razão para o encerramento total da extensão de saúde. Estão a ser desenvolvidos esforços. Ainda bem. Mas, a nosso ver, o município devia ser mais incisivo nos contactos com a ACeS e demais entidades para que não sejam de forma dissimulada tomadas atitudes que delapidam as extensões de saúde encerradas ou pseudo encerradas. O senhor presidente bem sabe, assim como todos nós, que se tivéssemos sido mais incisivo se calhar ainda havia urgências em Sever do Vouga. Nós, Silvaescurenses, esperamos, e aproveito para deixar um alerta a vós, senhores deputados municipais que nos representam a nós população, os Silvaescurenses esperam que toda esta situação de encerramento temporário da extensão de saúde não se transforme no encerramento definitivo. É que, no final do processo, quando o centro de saúde de Sever do Vouga não conseguir assegurar as condições adequadas nos serviços que deve prestar de saúde, porque já agora é difícil a gestão daquela unidade com os utentes que, neste momento, não têm médico de família, havemos de ver. É que, eu até já estou a ver e é neste ponto que eu alerto os senhores deputados municipais. Até já estou a ver, daqui a uns dois ou três anos, mais coisa menos coisa, assim como aconteceu com as escolas, a ser equacionada a construção de um novo super, hiper, mega centro de saúde em Sever do Vouga eutanasiando o desenvolvimento das freguesias. Aproveito, agora, o local, sendo este outro assunto e apenas uma alínea, para questionar o senhor presidente sobre o hipotético encerramento do jardim infantil de Silva Escura.-----
Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----